Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus — Órgão do Movimento de Esquerda Socialista — Ano I N.º 25 / 15 Abril 1975 — Preço 3$00

PODER POPULAR CAMINHO DO SOCIALISMO

EDITORIAL

A questão económica afirma-se cada vez mais como uma questão decisiva. O agravamento da crise económica traduzido no aumento constante do desemprego e do custo de vida, na desarticulação crescente do sistema produtivo, por via do boicote internacional e da sabotagem patronal, e no rápido esgotamento das reservas do Banco de Portugal utilizáveis no comércio internacional, serviu, e continuará a servir, para pressionar a tomada de medidas concretas pelo MFA.

A extensão das nacionalizações aos sectores industrial, agrário e comercial que se impõem e que a recente decisão do Conselho de Revolução parece contemplar, pelo menos parcialmente, criará uma situação extremamente complexa característica de uma fase de crise aberta. Teremos um Governo com forte presença capitalista (os ministros do PPD, PS e alguns independentes) a ser posto perante medidas que podem traduzir-se na desarticulação dos grupos económicos dominantes.

É evidente que um Governo de conciliação de classes não pode contribuir para tornar irreverssível este processo, antes abrirá caminho à possibilidade de uma recuperação burguesa. À medida que a crise económica for pressionando a tomada de medidas para a combater, tornar-se-á cada vez mais evidente a insuficiente clarificação política feita após o 11 de Março.

Nesta situação o controle operário sobre a produção e o controle popular sobre a satisfação das necessidades colectivas (habitação, transportes, saúde, educação, etc.) feitos a partir dos órgãos de poder operário e popular, das comissões de trabalhadores e das comissões de moradores, está na ordem do dia.

Institucionalizado o MFA impõe-se o reconhecimento inequívoco destes órgãos de massa e do seu papel decisivo na transformação da economia nacional.

O controle operário e popular, a afirmação do poder das massas trabalhadoras, é decisivo para **no sector privado** afrontar a exploração limitando cerce no imediato, os lucros da burguesia industrial, agrária e comercial e no sector estatal impor a liquidação dos critérios, objectivos, disciplina e organização capitalista das empresas e com esta a derrota dos que advogam uma mera substituição de administradores.

Continua na pág. 2

Encontro de Trabalhadores da região de Lisboa

O encontro de trabalhadores da região de Lisboa realizado no passado dia 13 por iniciativa do MES, reuniu na sua sessão final cerca de quatro centenas de trabalhadores de cerca de cem empresas da zona industrial de Lisboa. Desde a sessão inicial preparatória realizada no dia 8 de Março, participaram nas várias sessões regionais e em empresas levadas a efeito, largas centenas de trabalhadores que, deste modo, puderam discutir colectivamente os seus problemas fundamentais numa perspectiva de luta claramente anticapitalista, mas também não sectária.

Presentes no encontro trabalhadores das principais empresas da zona de Lisboa e Setúbal, Emp. Nac. Penteação Lãs, Metalofabril, TAP, Gaslimpo, Lisnave, CUF, Indofil, S. Port. Petroquímica, Eurofil, Standard Eléctrica, Lab. Sanitas, Soc. Nac. Tipografia, Petrosul, J. J. Gonçalves, Ibertar, C. Port. Celulose, Somague, Dodge Cortiveira, Tofa, Elcoope, Tint. Portugália, Inapa, Torralta, Tabaqueira, Simões e C.ª, M. Simões Jr., IBM, Imprimarte, Stern, UTIC, OGMA, Plessey AEP, Multinova, F. Máximo Almeida, Fab. Barros, Fima-Lever, Covina, S. Central Cervejas, MEC, Neocel, Iglo, Luís Bandeira, Fab. Regina, ITT-Semicondutores, Comp. Ind. Pont. Colónias, CTT, Promática, Lab. Sandoz, Manuel Dinis Jr., Siderurgia Nacional, Ignis, Construtora Moderna, J. Pimenta, Shell, Construções Técnicas, Fab. Oriental, Alf. Brutus, Manuel Lopes Henriques, Produtos Corticeiros Portugueses, Superpraças Negedor, J. F. Azevedo Silva.

Continua na pág. 6

Indochina: MAIS UMA DERROTA PARA O IMPERIALISMO !

Temos assistido nos últimos tempos às sucessivas derrotas a que o imperialismo americano tem sido sujeito, onde quer que a sua força opressessora se faça sentir sobre os povos da África, Ásia, Europa, América e Médio Oriente.

Podemos dizer que a escalada nos ataques se têm feito em três campos: militar, político e económico.

No plano económico, o imperialismo americano, e em especial o seu chefe, os Estados Unidos, têm sofrido duramente os efeitos da crise do conjunto do sistema capitalista, que se traduz por uma degradação da situação económica (desemprego massivo na U.S.A. e Europa, inflação galopante), e numa agudização da luta de classes, não só nos países cuja economia está mais directamente controlada pelo capital americano (Espanha, Itália, Inglaterra...), como mesmo nos próprios Estados Unidos, onde o desemprego já atinge os 8 milhões de trabalhadores.

É no entanto nos sectores militar e político que o imperialismo americano tem sofrido mais pesadas derrotas.

Em Portugal, por exemplo, a concretizar-se a evolução para o socialismo, que pode arrastar outros povos da Europa para o mesmo caminho, poderá constituir um rude golpe na estratégia do capitalismo americano e no projecto da burguesia europeia a ele associado.

Mas é sem dúvida com a luta dos povos da Indochina que o sistema imperialista americano tem sofrido os seus mais severos golpes. A luta dos povos do Vietname, do Laos e do Camboja, contra a dominação directa dos americanos, que apoiam os regimes fantoches, não só tem tido repercussões sobre a dominação dos E.U.A. nesta região da Ásia, mas também tem contribuído decisivamente para agudizar as contradições que minam a dominação americana no mundo capitalista.

No Vietname, o povo em armas não podia acreditar no «Acordo de Paris», no qual os americanos confiavam para imporem uma nova forma de exploração do povo vietnamiano; por isso voltaram à luta e dia após dia vão conquistando terreno às tropas do regime minoritário de Van Thieu, que os americanos parecem já não apoiar.

No Camboja, o exército popular (Khmeres Vermelhos) dominam já a quase totalidade do território e está iminente a queda do domínio imperialista representado pelo regime fantoche dos sucessores do fugitivo Lon Nhon, depois do assalto a Phnom Penh.

Lá como cá, ou onde quer que haja explorados e exploradores, a luta contra o imperialismo pela libertação dos povos oprimidos, é a luta contra a exploração capitalista, é a luta contra a dominação de um povo por outro povo.

Abaixo o imperialismo!

Viva a luta dos povos da Indochina!

Avante pelo Socialismo para construir a sociedade Comunista!

SOCIALISMO EM LIBERDADE? ESSA JÁ NÃO PEGA!

Por tudo isto o MES pensa que a social democracia não é de modo algum defensora dos interesses dos trabalhadores. **Por isso os partidos sociais democratas — PPD e o PS têm de ser considerados neste momento com inimigos da luta justa dos trabalhadores pela conquista do socialismo.**

E quando o MES faz esta afirmação tem em conta por um lado à actuação destes partidos desde o 25 de Abril e por outros a actuação dos partidos sociais-democratas do mundo capitalista.

A seguir ao 25 de Abril tem-nos sido apresentada uma proposta política que se diz capaz de resolver os problemas que afligem as massas trabalhadoras é a **Social-Democracia**, também conhecida por **socialismo democrático** ou **socialismo em liberdade**.

Mas os trabalhadores perguntam-se que raio de coisa será essa que fez correr os drs. Sá Carneiro e Magalhães Mota, antigos aliados de Marcelo Caetano ou os drs. Mário Soares e outros que abundam nas cúpulas do P.S.

É que quando antes do 25 de Abril nos organizávamos e lutávamos nas fábricas, nos locais de trabalho e de habitação e nos campos e os patrões faziam sobre nós a força da repressão com os pides, a GNR, as polícias de choque e os funcionários do Ministério das Corporações, nunca encontrámos ao nosso lado os ditos sociais-democratas. Alguns deles andavam sim pelos corredores do Palácio de S. Bento. Ao nosso lado estavam todos aqueles que lutavam por uma sociedade socialista com vista à constituição de uma sociedade donde seja extripada toda a forma de exploração do homem pelo homem, que é a sociedade comunista.

Os militantes do MES, como todos os trabalhadores, sabem bem quem os oprime e explora. Para nós **a reacção é sobretudo o patronato organizado e todos os parasitas que nada produzindo enriquecem a vivem à custa do nosso trabalho.** É contra essa exploração que nós estamos em luta. Nas fábricas onde ela se faz sentir nos salários baixos, ritmos de trabalho cada vez mais duros, o desemprego, etc. Nos locais de habitação com as rendas de casa elevadas, falta de escolas, creches, esgotos, estradas, hospitais e clínicas enquanto nos bairros da burguesia tudo isso se encontra com abundância.

E nós os trabalhadores sabemos bem que essa exploração existirá enquanto o capitalismo exisitir, e terminará quando os trabalhadores tomarem o poder político e organizarem a sociedade já não em função dos lucros, mas sim para satisfazer as necessidades fundamentais de todos os trabalhadores.

Que nos diz sobre tudo isto a social-democracia?

Que os trabalhadores não se encontram prontos e organizados para conquistar o poder político. E que por outro lado é de evitar a violência como a forma de o fazer. Para eles a melhor forma é fazer reformas que vão modificando o sistema capitalista e assim, aos poucos, se chegar ao socialismo. Para isso é necessário aliar-se neste momento aos sectores da burguesia mais progressistas de forma a assim serem levadas a cabo as ditas reformas.

É por isso que a social-democracia apenas aceita a luta política dentro dos quadros da democracia burguesa. Procura o estreito cumprimento da legalidade. Apenas pensa em poder participar no Governo e por isso põe todos os seus esforços no jogo das eleições. Para a social-democracia o trabalho político mais importante é levar os eleitores a votar neles. **Por isso eles pensam que as lutas dos trabalhadores devem ser reprimidas ou quanto muito, ficarem apenas na luta reivindicativa para melhores salários, maiores regalias sociais.** A social-democracia não pode pois existir, se não houver regime democrático burguês.

É por isso que nós vemos os homens do PPD e do dr. Mário Soares tão preocupados com a realização das eleições.

Por isso nós vemos o sr. Mário Soares tão preocupado com os partidos políticos como o MES que propõem aos trabalhadores a luta pela conquista do poder político, luta essa que os leva à Revolução Social em que quem mande sejam os trabalhadores (a maioria) **e impeçam os capitalistas e os parasitas de viver da exploração dos outros e em condições de privilégio. Para nós trabalhadores, a tomada do poder político com a Revolução Socialista será a democracia plena, pois quem irá estabelecer as regras seremos nós** e aquilo que nos orientará será a defesa dos interesses de todos. **Mas para os burgueses e para os parasitas que agora vivem à custa do nosso suor, a revolução socialista terá de ser ditadura,** de forma a evitar de uma vez por todas que eles voltem à situação de privilégio em que se encontram agora.

Por tudo isto o MES pensa que a social democracia não é de modo algum defensora dos interesses dos trabalhadores. **Por isso os partidos sociais democratas — PPD e o PS têm de ser considerados neste momento com inimigos da luta justa dos trabalhadores pela conquista do socialismo.**

E quando o MES faz esta afirmação tem em conta por um lado à actuação destes partidos desde o 25 de Abril e por outros a actuação dos partidos sociais-democratas do mundo capitalista.

O PPD, por exemplo, **esteve ligado claramente à tentativa de golpe de Palma Carlos**, que mais não pretendia de que dar plenos poderes ao ex-general Spínola. Nós não esquecemos a actuação nessa altura do dr. Sá Carneiro. **Aliás o PPD tudo tem feito para dividir o MFA e isolar o seu sector mais progressista.** Para tanto tem entrado numa declarada campanha anticomunista pretendendo fazer acreditar que o principal problema neste momento seja o da liberdade, como se não fosse o das condições de miséria e de exploração em que se encontram as classes trabalhadoras. Para o PPD é necessário que seja conservada a liberdade dos capitalistas e restantes parasitas manterem o seu domínio de exploração sobre os trabalhadores.

Mas o PS, como bom partido social-democrata, não tem tido forma de actuação diferente. Joga também procurando dividir o MFA e isolar o seu sector progressista. **É ou não é verdade que o Mário Soares se recusou a dizer se tinha ou não ouvido da boca de Spínola a ameaça da intervenção dos americanos em Moçambique numa discussão do problema do ex-general com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho?** Esperava já nessa altura um possível regresso do ex-general Spínola ao poder?

As actuações do PPD e do PS são iguais à dos restantes partidos sociais-democratas da Europa.

Os sociais-democratas estão no governo em vários países da Europa, mas isso não leva nem nunca levará a que esses países entrem no socialismo.

É ou não é verdade que em Inglaterra os trabalhistas, quando no poder, governam da mesma maneira que os conservadores? Agora que estão no poder, porque mantêm o mesmo apoio ao regime racista da Rodésia ou continuam a guerra contra o povo explorado da Irlanda do Norte? O que os leva a admitir mais de um milhão de desempregados? Será que a Alemanha Federal modificou alguma coisa da sua política interna com a subida ao poder dos socias-democratas? Que o digam os nossos camaradas que aí estão emigrados. São países capitalistas onde a burguesia vive da exploração dos trabalhadores e do imperialismo que exercem sobre os países mais pobres. **É ou não verdade que as multinacionais ingleses, alemãs ou suecas vêm para Portugal com a mesma intenção de explorar a nossa mão-de-obra barata, procedendo da mesma maneira que todas as outras empresas capitalistas?**

Por tudo isto os trabalhadores dizem **não** à social-democracia.

Por tudo isto os trabalhadores, como propõe o MES, estão conscientes da necessidade de se organizarem e lutarem contra o capitalismo e pela construção da Revolução Socialista, única forma de verem terminada a exploração que os oprime.

Esquerda Socialista

Continuação da pág. 1

Na situação actual só a generalização dos órgãos de poder operário e popular pode tornar o processo de nacionalizações um processo ao serviço das necessidades dos trabalhadores e do avanço do processo revolucionário, obrigando efectivamente o capital a pagar a sua própria crise:

O processo de nacionalizações pode ser uma primeira experiência de ligação efectiva e concreta do MFA com as massas trabalhadoras em luta contra a exploração. Para tal é necessário que se compreenda que quem pode concretizar as decisões de nacionalizar esta ou aquela empresa são os trabalhadores no seu conjunto e não o Governo Provisório.

A própria planificação da economia que a existencia de um forte sector estatal impõe, tem de ser controlada pelos trabalhadores. Quem deve decidir o que há que produzir? Para onde devem seguir os investimentos? Como devem ser reestrurados os sectores económicos até aqui voltados para a exportação e para o lucro fácil? Os técnicos estatais ou os trabalhadores?

A resposta é clara. **O controle operário e popular sobre a produção tem de estender-se à planificação central:** sindicatos democráticos de actividade, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia têm de ser os órgãos fundamentais de discussão e decisão da reorientação da economia portuguesa.

Ao impasse criado pelo agravar da crise económica e de uma possível vitória da direita nas eleições há que responder firmemente ultrapassando claramente a lógica da democracia burguesa.

Lutar, criar exército popular.

Lutar, criar poder popular.

Não são meros slogans políticos são uma necessidade fundamental ao avanço do processo revolucionário, são a resposta revolucionária que as massas trabalhadoras, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas do MFA têm de dar às manobras da burguesia e à incapacidade dos hesitantes e dos reformistas.

REVISIONISMO E ANARQUISMO

1 — As principais divergências tácticas no movimento operário contemporâneo da Europa e da América referem-se à luta contra duas grandes tendências que se desviam da teoria tornada realmente predominante neste movimento, o marxismo. Estas duas tendências são o **revisionismo** (oportunismo, reformismo) e o **anarquismo** (anarco-sindicalismo, anarco-socialismo). Estes dois desvios em relação à teoria e à táctica marxista, dominantes do movimento operário, podem observar-se em todos os países civilizados, sob diversas formas e com diversos detalhes no decurso da história, do movimento operário de massas de há mais de meio século para cá. Ressalta deste simples facto que não se possam explicar estes desvios pelo acaso, nem pelos erros de certas pessoas ou grupos, nem mesmo pela influência das particularidades ou tradições nacionais, etc. **Deve haver causas essenciais, fundamentadas no regime económico e no carácter da evolução de todos os países capitalistas, que geram esses desvios.** (...)

Uma das causas mais profundas que originam periódicos desacordos a propósito da táctica é precisamente o **crescimento do movimento operário.** Se, em vez de medirmos este movimento pela escala dum fantástico ideal desconhecido, o considerarmos como um movimento prático de homens normais, tornar-se-á claro que o alistamento de novos militantes, o compromisso de novas camadas das massas trabalhadoras, deve inevitavelmente ser acompanhado de flutuações no domínio da teoria e da táctica, da repetição de erros antigos, de um retorno momentâneo às concepções e aos métodos caducos, etc. O movimento operário de cada país gasta periodicamente, na aprendizagem dos novos militantes, maiores ou menores reservas de energia, de atenção e de tempo.

Prossigamos. O capitalismo não se desenvolve com a mesma rapidez em todos os países e em todos os sectores da vida nacional. **O marxismo é assimilado mais fácil, rápida, completa e duradoiramente pela classe operária e pelos seus ideólogos nas condições de desenvolvimento máximo da grande indústria.** No seu desenvolvimento, as relações económicas atrasadas ou retardadas, conduzem constantemente à aparição de partidários do movimento operário que apenas assimilam certos aspectos do marxismo, certas partes da nova concepção ou certas palavras de ordem ou reivindicações, e que são incapazes de romper resolutamente com todas as tradições das concepções burguesas em geral e das concepções burguesas democráticas em especial.

Por outro lado, **uma fonte contínua de divergências reside no carácter dialéctico da evolução social,** que se vai completanto em contradições e através delas. O capitalismo é progressivo porque destrói os antigos modos de produção e desenvolve as forças produtivas; mas simultaneamente, num certo grau de desenvolvimento, entrava o crescimento das forças produtivas. Desenvolve, organiza, disciplina os operários, mas cansa, oprime, conduz à degenerescência e à miséria, etc. **O capitalismo cria ele próprio o seu coveiro,** cria ele próprio os elementos de um novo regime e, ao mesmo tempo, sem saltos estes elementos isolados não mudam nada no estado geral das coisas, não tocam na dominação do capital. O marxismo, como teoria do materialista dialéctico, sabe interpretar estas contradições da vida real, da história viva do capitalismo e do movimento operário. **Mas acontece que as massas aprendem na vida e não nos livros.** E é por isso que há pessoas ou grupos que continuamente exageram, erigindo em teoria unilateral, em sistema unilateral de táctica, este ou aquele aspecto do desenvolvimento capitalista, esta ou aquela «lição» desse desenvolvimento.

Os ideólogos burgueses, liberais e democratas, não compreendo o marxismo nem o movimento operário contemporâneo, saltam constantemente de um extremo para outro. Ora explicam as coisas pelo facto de pessoas maldosas «excitarem» classe contra classe, ora se consolam dizendo que o partido operário é um «pacífico partido de reformas». **É preciso ver um ponto directo da influência desta concepção burguesa no anarco-sindicalismo e no reformismo, que se agarram a um único aspecto do movimento operário, que proclamam em teoria este carácter unilateral, que proclamam como excluindo-se mutuamente as tendências e os aspectos deste movimento que são a particularidade específica deste ou daquele período, destas ou daquelas condições de actividade da classe operária.** Ora a vida real, a história real encerram estas diferentes tendências do mesmo modo que a vida e o desenvolvimento da natureza encerram não só lentas evoluções, mas também rápidos saltos, como soluções de continuidade.

Os revisionistas têm em conta de palavras todas as considerações sobre os «saltos» e sobre o antagonismo de princípio entre o movimento operário e toda a antiga sociedade. Eles tomam as reformas pela realização parcial do socialismo. **Os anarco-sindicalistas** rejeitam o trabalho do dia-a-dia e particularmente a utilização da tribuna parlamentar. Na realidade, esta última táctica leva a ficar à espera dos «grandes dias», sem saber reunir as forças que criam os grandes acontecimentos. **Uns e outros travam a acção mais importante e mais urgente: o agrupamento dos operários em grandes e poderosas organizações, funcionando bem e sabendo funcionar bem em todas as situações, organizações penetradas do espírito da luta de classes, tendo uma clara consciência dos seus fins e educadas no espírito da verdadeira concepção marxista.** (...)

Os zigzags da táctica burguesa introduzem no movimento operário um reforço do revisionismo e alarga frequentemente até à cisão as divergências que naquele se manifestam.

Todas as causas deste género provocam divergências acerca da táctica que deve ser aplicada no movimento operário e nos meios proletários. **Mas não há nem poderia haver nenhuma muralha da China entre o proletariado e as camadas pequeno-burguesas, incluindo o campesinato, que lhe são vizinhas.** Assim se compreende que a passagem de pessoas, grupos e meios da pequena-burguesia ao proletariado deva por seu lado forçosamente gerar hesitações na sua táctica.

A experiência do movimento operário em diversos países ajuda a melhor compreender, na base de concretas questões de prática, a natureza táctica marxista; ajuda os países mais jovens a melhor discernir o verdadeiro papel social dos desvios em relação ao marxismo e a combatê-los com superior sucesso.

(Lenine — **As divergências no movimento operário europeu** — 1916)

Estar com o MES nas eleições é dizer não à reacção, á social-democracia, ao reformismo e ao aventureirismo

Estamos em plena campanha eleitoral. **Nós pronunciámo-nos e pronunciamo-nos contra às eleições por várias razões:**

1.º Pensar que a legitimação pelo voto é etapa necessária do processo político que vivemos é negar o valor da legalidade revolucionária e reconhecer a necessidade do legalismo burguês.

2.º — **É na luta diária contra o capital, nas fábricas, nos campos, nas empresas, que os trabalhadores vão adquirindo clara consciência dos seus interesses e criando a organização que, com a classe operária à frente, os conduzirá à vitória final sobre a exploração, instaurando a sociedade socialista, no caminho do comunismo.**

É desta luta diária que os trabalhadores são desviados, desmobilizados, pela propaganda ruidosa, eleitorista, dos vários partidos na caça desenfreada do voto.

3.º — Os trabalhadores já mostraram que ao nível da fábrica ou do bairro, confrontados com os problemas concretos que conhecem e lhes dizem respeito, sabem perfeitamente o que lhes interessa, que sabem perfeitamente distinguir os amigos dos inimigos (veja-se a triste figura que os partidos burgueses fizeram quando tentaram enfiar-lhes o barrete do pluralismo sindical).

Mas a campanha eleitoral versa sobre coisas genéricas, política disto e daquilo, o que permite cozinhar lindas frases que por não terem muito a ver com o quotidiano das pessoas são «comidas» com facilidade.

Assim vencerá quem inventar melhores promessas e tiver dinheiro para contratar bons técnicos de marketing.

E a burguesia, que dispõe para este acto de muito dinheiro e de partidos tão «populares», «democráticos» e «socialistas» como os outros, espera poder colher bons frutos, recuperando uma máscara que no terreno da luta de classes já não serve para enganar ninguém.

Por estas razões pensamos que estas eleições não favorecem a luta que as massas trabalhadoras portuguesas travam pela sua libertação.

Mas a realização das eleições é um facto. E seria estupidez ou traição, deixar que os partidos burgueses ficassem sozinhos em cena. Se é este o campo em que sentem mais à vontade, **temos de bater o inimigo mesmo quando ele «joga em casa».**

Assim o M.E.S. participa nas eleições

— para evitar a desmobilização e aproveitar este momento para contribuir para a organização dos trabalhadores;

— para aproveitar as facilidades de propaganda que segundo as regras da própria burguesia são dadas aos partidos, para difundir os grandes ideais proletários e desmascarar as manobras deseperadas do capital;

— para tentar impedir que a vitória eleitoral da burguesia seja uma realidade.

As eleições que se avizinham apenas interessam à burguesia, sôfrega em aproveitar a despolitização, divisão, ausência de esclarecimento e instrução e falta de consciência de classe de milhões de portugueses, para impôr por meio do voto aquilo que corre o risco de perder pela luta organizada dos trabalhadores.

Estas eleições não servem, assim, os interesses da classe operária e dos trabalhadores. **O poder revolucionário legitima-se a si próprio. À classe operária, aos trabalhadores, aos revolucionários não interessam actos formais, fanfarras e outras festas burguesas-liberais, mas sim a luta organizada e a vigilância revolucionária.** Este é o único caminho para barrar o caminho à contra-revolução, a qual saberá aproveitar as fraquezas e as hesitações dos conciliadores e dos reformistas para criar as condições de impôr o seu poder pela violência e pelo terrorismo.

Tudo isto de forma alguma poderia justificar que o MES, organização coerentemente revolucionária, estivesse ausente do processo eleitoral. Semelhante acto significaria voltar as costas aos trabalhadores e deixá-los ainda mais expostos ao bombardeamento demagógico dos Partidos burgueses.

O MES será, durante a Campanha Eleitoral e na Assembleia Constituinte, um tribuno ao serviço da luta e da organização revolucionária da classe operária e de todos os oprimidos e explorados.

Para que a burguesia pague caras as vantagens que estas eleições lhe trarão é necessário que as forças consequentemente revolucionárias estejam neste processo, aproveitando-o para esclarecer e organizar os trabalhadores, caminhando firmemente na construção do Poder Operário e Popular.

Estar com o MES no processo eleitoral é contribuir para ultrapassar os limites que a burguesia quer fixar a este processo. É fazer destas semanas um marco importante no caminho da libertação de todos os explorados e oprimidos. É dizer não à reacção, à social-democracia, ao reformismo e ao aventureirismo.

É lutar pelo Poder Operário e Popular e pelo Socialismo.

Eleger deputados revolucionários do MES é colocar na Constituinte militantes que saberão lutar para que a Constituição não seja um instrumento de dominação e repressão dos trabalhadores.

É contribuir para que na Constituinte se exprimam os avanços na construção do Poder Operário e Popular.

Caldas:

Apoio à luta da Matel !

Os imperialistas americanos Matel e seus acólitos nacionais investem contra a força dos trabalhadores portugueses.

Foram postos na rua 150 trabalhadores: — é uma intimidação para mostrar quem ainda possui o poder em Portugal.

Mas os trabalhadores da Matel não se intimidaram e, mostrando uma consciência de classe que lenta mas progressivamente se vem acentuando através das lutas concretas que os trabalhadores deste País vêm desenvolvendo, **passam à ofensiva: — A fábrica está ocupada desde o dia 3 de Abril pelos trabalhadores daquela multinacional.**

Trabalhadores das Caldas da Rainha, reunidos em Comício do M.E.S. na Casa da Cultura em 4 de Abril/75, manifestam aos trabalhadores da Matel a mais completa solidariedade na sua afirmação de Poder Operário e Popular: — **Avisam os parasitas do povo português e da Matel em particular, que os operários estão vigilantes e unidos.**

Os trabalhadores aqui reunidos exigem a imediata integração dos camaradas despedidos.

Camaradas da Matel:

— A luta é por vezes de sangue, mas vitória só tem um dono: os operários deste país e os seus aliados.

Esta moção, foi aprovada por aclamação.

Caldas da Rainha, 4 de Abril de 1975

MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA
NÚCLEO DE CALDAS DA RAINHA

Sessão de esclarecimento no Baptista Russo

Realizou-se no passado dia 10 uma sessão de esclarecimento do MES no Baptista Russo, promovida pelo Comité de Bairro de Marvila. Após uma breve introdução à sessão feita pelo camarada Wemens, um dos elementos do núcleo do MES do Baptista Russo, António Oliveira, falou sobre o MES, como surgiu, os objectivos por que se bate e qual a linha política. Seguidamente, o camarada Santos Júnior interviu para salientar a necessidade de sindicatos verdadeiramente democráticos, libertos do controle de qualquer partido e intransigentes na defesa dos interesses dos trabalhadores, tendo ainda falado sobre a luta dos trabalhadores da TAP, demonstrando a sua correcção e exemplaridade. Antes do período de debate, o camarada Marcolino Abrantes fez algumas considerações sobre a actual situação política e referiu a posição do MES perante as eleições, afirmando que à Assembleia Constituinte burguesa é necessário contrapor uma Assembleia Popular, a partir dos órgãos de poder operário e popular.

A questão da TAP, a assembleia popular e o exército popular e demarcação entre a linha reformista do PC e a via revolucionária para a revolução socialista preconizada pelo MES, os recentes acontecimentos surgidos no Sindicato dos Metalúrgicos, foram alguns dos temas aprofundados pela discussão que se seguiu e na qual a assistência participou interessadamente.

Poder Popular

- os fascistas CDS assinam o pacto para se esconderem das massas populares
- os sociais-democratas PPD/PS assinam o pacto para se insinuarem às massas populares
- os reformistas PC/MDP assinam o pacto em nome da unidade (que unidade ?)
- o MES não assina o pacto porque defende um claro avanço do processo revolucionário

MES

camaradas:

As ligações do Capital ou os amigos de Alves Conde

Adiante transcrevemos, na íntegra, um comunicado dos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas. Para além da denúncia de abusos directamente relacionados com a administração da empresa, o documento vale sobretudo pela eloquência com que ilustra os métodos e os recursos de que o capital dispõe para levar a água ao seu moinho (ou seja: o produto do suor dos trabalhadores aos seus cofres). **Mostra bem** as ligações existentes entre a alta finança e os sectores não progressistas do M. F. A. Faz-nos pensar quantos casos semelhantes irão surgindo à medida que o poder dos trabalhadores se vá estendendo à fiscalização das empresas e exigindo inquérito às actividades dos até agora donos desta quinta «à beira mar plantada». Faz-nos pensar ainda no que significarão as promessas de «propriedade para todos» e apelos à «ordem» e às «liberdades» agora insistentemente formulados por partidos sociais-democráticos e democratas-sociais, comprometidos objectivamente, quando não subjectivamente, com todas estas manobras.

ONDE LEVARAM AS INVESTIGAÇÕES DOS TRABALHADORES DA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS

Os trabalhadores da S. C. C. quando desencadearam o seu processo de luta, um dos objectivos que se propuseram foi o de desmascarar todos aqueles que ao abrigo do aparelho de Estado fascista, mais e melhor exploraram e reprimiram as classes trabalhadoras.

A esses, as leis fascistas, por eles próprios meticulosamente elaboradas, não bastavam: esforçaram-se por infringi-las para mais rapidamente acumularem riqueza proveniente do trabalho dos explorados.

As pesquisas desenvolvidas pelos trabalhadores da S. C. C. levaram-nos até ao então secretário de Estado do Tesouro e actualmente, para espanto e repúdio dos trabalhadores da S. C. C., secretário de Estado do Turismo.

QUEM É O ACTUAL SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO?

Alves Conde, actual Secretário de Estado do Turismo, homem de confiança da alta finança (ex-administrador da Siderurgia e da Cuca) e um dos pontas-de-lança do grande capital introduzido no 1.º Governo Provisório pelo ex-general Spínola, como Secretário de Estado do Tesouro.

Que fazia este senhor na Secretaria de Estado do Tesouro, se através de relatório encontrado pelos trabalhadores da S. C. C., era especialista, de compadrio com um senhor que dá pelo nome de **João Pedro Homem de Mello,** em aconselhar as companhias cervejeiras a investir no Brasil e a desinvestir em Portugal?

Nesse relatório faz apreciações de ordem política ao actual Governo brasileiro que considera «sendo um regime que se pode considerar como uma ditadura equilibrada, desenvolve uma política centrista»! É com base nesta «estabilidade política» que aconselha o investimento no Brasil, o qual «através de uma pura especulação de Bolsa», «prejuízos fictícios», se torna altamente rentável. (Para onde foram os lucros?) É ainda a sua «diversificação geográfica que conduz indiscutivelmente a uma diminuição de riscos políticos» (!).

Como se pode «defender a economia nacional» e aconselhar a investir no estrangeiro e desinvestir em Portugal?

Como se pode trabalhar com o sr. Manuel Vinhas, que ainda em 1973 aproveitava conversas com o governador-geral de Angola, eng.º Santos e Castro, dando seguidamente instruções ao dr. Alves Conde no sentido de falsear os balanços da «Cuca e de todas as associadas», e fazer parte do 4.º Governo Provisório como secretário de Estado do Turismo?

Como se pode apoiar um Governo fascista militar, como o do Brasil, e fazer parte de um Governo progressista em Portugal?

PARA QUEM TRABALHAVA O DR. ALVES CONDE

O dr. Alves Conde era um dos homens de confiança do sr. Caetano Beirão da Veiga e dos irmãos Vinhas, que mantinham relações com a ex-P. I. D. E./D. G. S. através do sinistro Barbieri Cardoso, agora a monte.

Foi Beirão da Veiga quem fundou a firma Cocase, organizada pelo coronel Hermes de Oliveira, cuja finalidade era aconselhar o patronato a combater a «subversão» e tinha um raio de acção extensivo às colónias, principalmente Angola.

A escolha do coronel Hermes de Oliveira deve-se ao seu «profundo conhecimento» sobre África e problemas de contra-«subversão» de que deu várias conferências, inclusive em países sul-americanos.

Por seu lado Manuel Vinhas, tal como Hermes de Oliveira, estava bem relacionado com um tal coronel Waring, pessoa afecta aos meios de recrutamento de mercenários.

De entre as «boas relações» que estes senhores mantinham com o regime anterior sobressaem as cordiais relações com o ex-governador de Angola, Santos e Castro, cujo irmão, tenente-coronel Santos e Castro dos Comandos, está ligado ao E. L. P. — organizaçado em Espanha — e foi referenciado na África do Sul onde recruta e treina mercenários para uma possível intervenção em Angola.

Estes senhores «ausentaram-se» para Espanha (Manuel Vinhas desde 3 de Outubro, alternando como Brasil, Mário Vinhas e Caetano Beirão da Veiga desde princípio de Fevereiro).

Manuel Vinhas (e companhia) apoiava com firmeza o **ex-general Spínola** como Presidente da República e depositava todas as suas esperanças no governo de **Palma Carlos** para a «construção de uma África nova», conforme expressou em «telex» que lhes dirigiu, fazendo votos para que «Palma Carlos saísse como o homem forte do futuro regime».

Em Maio de 1947 dirigia felicitações ao ex-Presidente Spínola afirmando «a **grande maioria por enquanto quase silenciosa** espera da indiscutível coragem de V. Ex.ª a firmeza da manutenção dos princípios que permitirão um Portugal democrático e a construção de uma África nova».

Imediatamente a seguir ao 28 de Setembro Manuel Vinhas mandou destruir documentos pessoais arquivados na Cuca e nas vésperas anunciou «um banho de sangue»...

Ainda durante o mês de Fevereiro foi entregue em Massamá uma carta de Manuel Vinhas ao ex-general Spínola. Dadas as suas relações de longa data, que conivências com o 11 de Março...

RELAÇÕES COM MERCENÁRIOS E GOLPISTAS

Nas relações destes senhores destacam-se o conhecido João Moreira, responsável pela firma Inforang e Neográfica («Notícias de Angola») associadas da Cuca, preso em Novembro de 1974 pelo Copcon por estar implicado em compra de armas e contratação de mercenários; João Cardoso, implicado no caso da morte de miss Malanje e que fugiu para a África do Sul onde consta que se dedica ao recrutamento de mercenários; João Fernandes, último director do «Notícia», expulso recentemente de Angola por se dedicar a actividades contra-revolucionárias ao serviço do imperialismo

DEFESA DO NEOCOLONIALISMO E DO IMPERIALISMO

Alguns órgãos de informação angolanos, nomeadamente o «Notícia» e o «Comércio», pertença do Grupo Vinhas, constituíam veículos de propaganda dos ideais neocolonialistas, e eram directamente orientados de Lisboa.

Este facto comprova-se através da leitura de «telex's» enviados por Manuel Vinhas ao João Fernandes do «Notícia». Reprovavam a maneira como as autoridades portuguesas tratavam os representantes dos Movimentos de Libertação Nacional («como chefes vitoriosos») e apoiavam e impulsionavam os partidos fantoches, como a União Nacionalista Angolana, chegando a aconselhar o «Notícia» e o «Comércio» a entrevistar o seu «leader» Argelino Alberto, que tinham na conta de «pessoa que está desejando percorrer um caminho do maior interesse».

E qual era o caminho do maior interesse?

Em 30 de Maio Manuel Vinhas envia um «telex» a um administrador da Cuca em Luanda dizendo «está sendo exercida maior pressão sobre o Chefe do Estado quanto à independência da Guiné, o que a efectivar-se criaria um precedente fatal relativamente a Angola e Moçambique». **Manuel Vinhas explica ainda que está a fazer pressão contrária mas que é indispensável que associações económicas tomem «posição pedindo obediência a princípios formulados em 'Portugal e o Futuro'» (...)**

Sobre este mesmo assunto envia um «telex» no mesmo dia a João Fernandes para que a opinião pública fosse alertada e reagisse com o maior vigor e de «forma a ser ouvida em Lisboa e sem demora».

O que de facto aconteceu, de acordo com as notícias insertas nos quotidianos de Lisboa.

Noutros «telex's» dirigidos a Luanda, Manuel Vinhas transmite a posição do ex-general Spínola de que «não haverá abdicações, especialmente no que diz respeito a Angola», e afirma ter despendido em Lisboa «grande actividade assuntos Angola nomeadamente indicação nome general Silvino Silvério Marques e obtenção de garantias ao mais alto nível de que negociações de cessar-fogo serão apenas isso».

Albernoa: avança !

1. O Povo trabalhador de Albernoa mais uma vez jogou ao ataque. É esta a única resposta justa, face à tentativa da burguesia capitalista em recuperar o terreno perdido desde o 25 de Abril. Efectivamente, o movimento popular, conseguindo impor algumas derrotas políticas à burguesia, mostrou assim que é na luta que se forja a unidade e consciência das classes trabalhadoras.

2. **Desta vez, decidiu-se colectivamente a ocupação das casas** (desabitadas há 20 anos) **de dois conhecidos latifundiários que sempre viveram e vivem à custa do esforço e miséria daqueles que tudo produzem: os trabalhadores. A nossa ideia é destinar as referidas casas a utilização social: sede do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas; Infantário Popular; Posto Clínico.**

3. No entanto, se estas acções são importantes, nós, trabalhadores rurais, pensamos que é preciso ir mais longe no ataque ao poder económico dos capitalistas; por isso, **sempre lutamos e continuaremos a lutar, cada vez com mais audácia, pela urgente Reforma Agrária, que exproprie os latifúndios e faça com que sejam os trabalhadores organizados a decidir o que e como produzir.**

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Praiagolfe – Trabalhadores defendem-se

Os trabalhadores do Hotel Praiagolfe iniciaram a 30 de Março um processo de greve contra a entidade patronal, com ocupação de instalações.

O que os levou à greve foi o seguinte:

1.º — **O não pagamento do 13.º mes.**

2.º — **O não pagamento do subsídio de alimentação das férias de 1974.**

3.º — **O não pagamento dos salários no praso estipulado por lei.**

O patronato alega que o hotel dá prejuízo, tendo verificado os trabalhadores que no mês de Janeiro (mês de menor afluência) em que tomaram a seu cargo a administração do hotel, o mesmo deu lucro.

Os trabalhadores repudiam as manobras levadas a cabo pelo patronato, denunciando a presença no mês de Fevereiro no hotel de um administrador vindo do hotel Vasco da Gama, do qual tinha sido saneado, e que comprava produtos alimentares impróprios para consumo, o que, obrigando a novas despesas, fatalmente veio originar prejuizo na exploração nesse período. Todas estas manobras visavam a divisão dos trabalhadores.

Denunciam igualmente:

1.º — O cancelamento de todas as reservas

2.º — A não aceitação de novas reservas

3.º A expulsão dos clientes

4.º — A não permissão de hospedagem de 29 para 30.

Os trabalhadores estão em greve, não têm intenção de a quebrar e fazem-na não porque exijam reivindicações, mas porque exigem que lhes seja pago o que é devido.

Aveiro: Fábrica João Nunes da Rocha ocupada pelos operários

Em Aveiro, 400 operários da empresa João Nunes da Rocha estão em luta. Dadas as manobras reaccionárias e de boicote económico efectuadas pelo patrão, os operários exigem que a empresa seja nacionalizada. Trata-se de uma empresa de construção civil (pré-fabricados).

Estava actualmente a construir casas em Cabora Bassa.

O M.E.S. apoia esta luta contra o capital e suas manobras. O núcleo de Aveiro do M.E.S. emitiu a este propósito o comunicado que reproduzimos:

GREVE E OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES

A luta que os trabalhadores desta fábrica travam desde Dezembro, intensificou-se e radicalizou-se, quando, no passado dia 7, os 400 operários que lá trabalham decidiram parar a laboração e ocupar as instalações, em resposta às atitudes e manobras do patronato.

Em 31 de Dezembro a Comissão de Trabalhadores apresentou um caderno reivindicativo, do qual constavam as reivindicações dos trabalhadores sobre a justiça social, e comportamento do patronato para com os trabalhadores. O patrão recusou-se firmemente a aceitar qualquer espécie de caderno reivindicativo. Só depois de conversações havidas, tendo como mediador o delegado do Ministério do Trabalho, é que as reivindicações dos trabalhadores foram aceites, chegando-se assim a acordo. Acordo esse rapidamente violado pelo patrão, que desrespeitou de imediato aquilo a que se tinha comprometido, o que levou à paralização da fábrica por meia hora no 1.º dia e uma hora no 2.º dia.

Como a vaga de insultos, provocações e agressões por parte do sr. João Nunes da Rocha (proprietário) continuasse, foi uma delegação operária a Lisboa ao Ministério do Trabalho, o qual procedeu a Sindicância, até hoje de resultado nulo.

Após este processo inicial, surgem os motivos que mais directamente levaram a esta última tomada de posição e forma superior de luta:

1. a) **O não pagamento dos subsídios de Natal** aos trabalhadores das secções de construcção civil e carpintaria mecânica;

b) **A rejeição pelo patronato de um processo de saneamento** apresentado pela comissão de trabalhadores referente a um lacaio do patrão, acusado de:

— **Desvio comprovado de 70 000$00.**

— **Coação armada sobre os trabalhadores.**

2. **A manobra pela qual o patrão retirou a dois operários determinados poderes que lhes conferira.**

3. **O facto de não dar conhecimento aos operários da parte comercial e contactos externos da firma.**

4. **O boicote à produção através da paralisação da compra da matéria prima.**

Assim os trabalhadores reivindicam a **nacionalização imediata da fábrica,** bem como de todos os bens imobiliários em nome de João Nunes da Rocha, adquiridos com capital pertencente à firma. **Os Trabalhadores rejeitam a autogestão pois estão conscientes dos perigos de tal processo.** Os Trabalhadores, conscientes da situação caótica a que o patrão conduziu propositadamente a emprensa, exigem a nacionalização desta.

Assim o M.E.S. que sempre apoiou as justas lutas dos trabalhadores por eles próprios decididas apela para todos os trabalhadores e forças populares progressistas para que juntamente connosco se solidarizem com a justa luta dos Trabalhadores da fábrica João Nunes da Rocha a fim de contribuir decisivamente para mais uma vitória da classe operária sobre o patronato explorador.

— Pela Nacionalização da Empresa João Nunes da Rocha!

— Pelo Poder Operário e Popular!

— Avante Pelo Socialismo!

O núcleo de Aveiro do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.)

Comissão de Unidade Operária Metalúrgica C.U.O.M.

A propósito dos acontecimentos que ultimamente têm agitado o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, a Comissão de Unidade de Operária Metalúrgica distribuiu um comunicado em que denuncia a actuação da Comissão Directiva (cozinhada pelos elementos que não se tinham demitido da anterior direcção reforçados com outros da sua confiança) nomeadamente pelo partidarismo com que tem dirigido o Sindicato, numa linha de conciliação de classes, pretendendo pôr a classe operária a reboque da burguesia.

Afirmando não se pretender «dona da verdade», a Comissão requereu uma assembleia geral extraordinária para que fossem discutidos por toda a classe as demissões do presidente da direcção e outros dirigentes, bem como os despedimentos, suspensões e admissões de funcionários do Sindicato.

Faz-se notar que a assembleia de Sacavém, onde foi «eleita» a comissão directiva, sofreu de várias irregularidades a começar por não constar da ordem de trabalhos da convocatória qualquer eleição.

Prosseguindo a descrição dos acontecimentos o comunicado narra como a comissão directiva, vem de facto, a convocar uma assembleia em 4 de Abril, mas com uma ordem de trabalho bem diferente da requerida: 1 — Contrato Colectivo, 2 — Verticalização do Sindicato, 3 — Anteprojecto dos Estatutos, 4 — Informações. Pese embora a grande importância dos assuntos referidos, é notória a intenção de escamotear a explicação perante a classe das graves acusações que pesavam sobre a comissão directiva.

A esta manobra responderam os metalúrgicos, votando maciçamente a alteração da ordem de trabalhos, passando o ponto de informações para o princípio da reunião. É de notar que tal foi votado mesmo por muitos metalúrgicos afectos ao partido que a comissão serve, que não quiseram misturar-se naquelas manobras.

O comunicado prossegue:

O que se deu a partir daqui camaradas? A mesa da assembleia geral e a «comissão directiva» ficaram absolutamente apavoradas! Enfrentar a classe, dar esclarecimentos e explicações de certos casos que são autênticos atentados aos direitos dos trabalhadores, como poderia ser uma coisa dessas? **Sucederam-se os golpes e os truques.** Deu-se a palavra à «Comissão directiva» que não tinha informações a dar e no jogo do empurra de quem deve falar e do que devem dizer, mais uma vez teve de ser o lacaio Jenónimo de Sousa a tomar a palavra. O que disse ele camaradas, que se enquadrasse no ponto de informações? A não ser sobre as instalações do Sindicato, todo o tempo foi «queimado» fora da O.T., ora lendo os comunicados caluniosos e vergonhosos difundidos, ora falando sobre verticalização que era o ponto 2 da O. Trabalhos. O presidente da mesa não «via» o desvio do orador... interessava era passar o tempo e não dar palavra aos oradores inscritos.

E o comunicado conclui:

Nós é que somos o Sindicato, **que tem de estar sempre ao serviço da classe!**

Não podemos admitir que ele seja correia de transmissão **de um partido político, que mais não faz de que caluniar as lutas dos explorados.**

Temos o direito de saber, discutir e decidir sobre todos os problemas existentes no seio do Sindicato.

Não basta dizer que o C. C. T. é urgente, pois isso todos o sabemos!

A questão muito importante que se levanta é a seguinte: Conseguiremos nós avançar para uma análise calma e consciente do C. C. T. sem primeiro discutir e resolver (rapidamente) os outros problemas numa assembleia? Parece-nos que não, por muitas assembleias que venham a fazer!

O C. C. T. sempre uniu os metalúrgicos. Porque razão estão eles agora divididos?

Quem é afinal que faz a divisão da classe, camaradas? Dizer que é uma ou outra facção da assembleia é fugir da raiz dos problemas!

Quem tem medo de prestar contas à classe?

Quem teme o diálogo e a verdade?

Poderemos então ter confiança naqueles que estão à frente do nosso Sindicato?

A assembleia do Pavilhão dos Desportos foi firme e sem margem para dúvidas. Os metalúrgicos de Lisboa querem discutir os seus problemas. Para ignorância bastam já dezenas de anos!

— Em frente pela realização da assembleia requerida para o dia 2/4/75!

— Em frente pela discussão da verticalização!

— Em frente pela discussão do Contrato Colectivo de Trabalho!

— Em frente pela discussão do anteprojecto dos estatutos!

— Em frente por um sindicalismo de classe!

Nestas discussões se formará a unidade dos metalúrgicos.

Lisboa 7/4/75
A Comissão de Unidade Operária Metalúrgica

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

Continuação da pág. 1

O encontro processou-se em reuniões de quatro secções abordando os temas principais e culminou num plenário final em que foram divulgadas as principais conclusões.

Apontando para a necessidade de, na situação actual, se levar por diante uma luta ofensiva, criando o poder operário e popular, fazendo do processo de transformação económica e política em curso um processo que caminhe na direcção do socialismo, as conclusões do encontro, que serão amplamente divulgadas, podem ser assim sintetizadas.

I Secção (Despedimentos) — Procedeu a uma análise dos sectores mais afectados pelos despedimentos e das formas de luta a desenvolver: por um horário de 40 horas semanais e pela fixação de salários mínimo e máximo.

II Secção (Comissões de trabalhadores) — Abordou as diferenças entre comissões de trabalhadores e comissões sindicais, as bases em que deverão funcionar as comissões de trabalhadores e os objectivos da sua luta.

Concluiu-se que as comissões de trabalhadores são uma forma mais avançada de organização do que as comissões sindicais, e um meio extremamente importante de criar a unidade dos trabalhadores, fundamental no controlo dos trabalhadores, sobre a economia portuguesa, em particular nas nacionalizações.

III Secção (luta sindical) — Abordou questões como: unicidade sindical, apartidarismo, democraticidade, sindicalismo de classe e sindicalismo vertical.

Concluiu-se que a unicidade sindical favorece a luta pela unidade, mas só por si, não assegura essa unidade. Assim, foi considerada fundamental a luta pelo controlo dos trabalhadores sobre os sindicatos, eliminando o controlo partidário sobre os mesmos.

Considerou-se que isso se poderá obter assegurando a democraticidade interna dos sindicatos, dando o poder às assembleias sindicais e fazendo dos delegados sindicais, eleitos na base, os elementos fundamentais da luta sindical. Concluiu-se ser correcto avançar para sindicatos organizados por ramos de actividade e não por bases profissionais.

IV Secção (Crise Económica) — Depois da análise ao vários sectores, concluiu-se da necessidade de estender as nacionalizações às grandes empresas de construção civil cimentos, siderurgia, indústrias extractivas, cerâmica, vidros, celulose, adubos, petroquímica, madeiras, de produção e distribuição de energia, de construção naval, pesca, transportes (incluindo a sua produção), comércio externo e comércio interno de produtos essenciais.

Concluiu-se ainda que o controlo dos trabalhadores no sector nacionalizado devia ser feito do seguinte modo: através de uma comissão de gestão com delegados do Governo, controlada por uma comissão de trabalhadores de cada empresa, dando a assembleia dos trabalhadores o poder de decisão sobre os aspectos fundamentais da vida da empresa.

Divulgamos a seguir as principais conclusões sobre as funções das comissões de trabalhadores, a luta sindical, o controlo dos trabalhadores sobre a banca e os seguros e a crise económica, as nacionalizações e o controlo operário.

COMISSÕES DE TRABALHADORES, ÓRGÃOS DE PODER OPERÁRIO

As comissões de trabalhadores surgidas da luta reivindicativa dos trabalhadores têm um papel importante **na luta contra os efeitos imediatos da crise económica capitalista**, nomeadamente na luta contra os despedimentos, pela garantia do emprego e do salário. A luta contra os despedimentos engloba a luta pela abolição de horas extraordinárias e pela redução dos ritmos e cargos de trabalho em sectores industriais onde existam milhares de trabalhadores desempregados.

As comissões de trabalhadores são órgãos onde se pode **forjar a unidade dos trabalhadores** para a condução da luta de massas, porque são órgãos unitários, desde que efectivamente controlados pela base. As comissões de trabalhadores podem combater a divisão dos trabalhadores dentro da empresa, reduzindo leques salariais e trazendo os assalariados dos serviços para os objectivos da luta proletária. Devem combater as diferenças entre as condições de vida dos trabalhadores das várias empresas e dos vários ramos industriais. Devem contribuir para a unificação da organização dos trabalhadores dentro e fora da fábrica, **organizando-se a nível de zona** com outros centros de poder popular, como comissões de moradores comissões de assalariados rurais, etc.

As comissões de trabalhadores devem fazer o intercâmbio das experiências das lutas de várias empresas e difundir os ideais da luta da classe operária e seus aliados, contribuindo assim para um alargamento da consciência de classe e da experiência de luta dos trabalhadores.

Num momento aberto de crise política, as comissões de trabalhadores podem ser órgãos fundamentais na **mobilização popular contra a reacção capitalista.** Não deve aqui ser demorada a vigilância popular, que deve ser feita em ligação com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas do M.F.A., fazendo assim a síntese entre um Exército que se transforma progressivamente num **exército popular** e o **aspecto superior de luta violenta** que tenham de assumir os órgãos de poder dos trabalhadores.

As comissões de trabalhadores em Portugal já percorreram experiências concretas de controle operário, pelos problemas postos pelos capitalistas através da sabotagem económica ou da tentativa de lançamento no desemprego dos trabalhadores de empresas em crise. Os contra-poderes formados na fábrica, a autogestão transitória, a ocupação de empresas, já deram aos trabalhadores a experiência de retirar ao controle dos capitalistas vários dos seus poderes, ao mesmo tempo que exigiam através das nacionalizações, a reorientação de empresas e sectores industriais segundo os interesses das massas trabalhadoras portuguesas.

Hoje, a nacionalização da banca e dos seguros e mais recentemente as nacionalizações de sectores básicos da indústria, do comércio e dos transportes, não constituindo por si só o poder dos trabalhadores sobre a economia ou a sociedade, abre condições para avanços maiores da luta dos trabalhadores exigindo para isso que o controle operário tome formas mais avançadas.

Este controle dos trabalhadores não deve nunca consistir num comprometimento dos trabalhadores na gestão sobretudo do sector privado da economia; ver-se fundamentalmente, que se está num momento de desorganização capitalista, em que a burguesia não detém a iniciativa ao nível político e militar e em que se mostra incapaz de qualquer projecto de reorganização económica a curto prazo. Neste, contexto, mais do que ter medo de se cair em formas de autogestão, é fundamental que os trabalhadores afirmem o seu poder não só no **controle da organização do trabalho** na fábrica — nomeação de chefes, ritmos de trabalho, espaços de discussão — mas também no **controle de produção.** Neste campo este controle deve exercer-se na definição de critérios de fornecimento, vendas, investimento, etc, segundo os interesses dos trabalhadores não só da empresa e do ramo, mas também de todos os trabalhadores portugueses. No exercício deste controle é preciso assegurar que ele não se faça através de um comprometimento dos trabalhadores com uma lógica lucrativista ou produtivista do capital.

No sector nacionalizado, o controle operário deve entender-se de uma forma mais ampla, estendendo o poder de decisão efectiva dos trabalhadores sobre os mais vários sectores da vida da empresa, quer na organização do trabalho quer na aplicação particular do plano económico às possibilidades e potencialidades da empresa. Este controle deve estender-se à nomeação de pessoas da confiança dos trabalhadores para a gestão destas empresas, sempre que isso não signifique uma subordinação ideológica dos trabalhadores à planificação estatal.

No entanto é preciso não confundir esta presença dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizados com o poder dos trabalhadores, que na empresa se continua a situar essencialmente no poder que a Comissão de trabalhadores e o plenário de empresa tenham de efectivamente controlar a comissão de gestão.

DEMOCRATICIDADE E APARTIDARISMO PARA UM SINDICATO DE CLASSE

Chegou-se à conclusão que a unicidade na lei foi na realidade uma conquista para os trabalhadores na medida em que impede legalmente o pluralismo sindical. Conclui-se, no entanto, que a unicidade não criou a unidade mas apenas mantém condições favoráveis para o seu desenvolvimento, uma vez que corta à partida a possibilidade de existência de várias centrais sindicais ou sindicatos, cada uma delas vinculada aos seus interesses partidários e de classe.

Neste sentido há condições essenciais para se alcançar a unidade sindical dos trabalhadores: apartidarismo, democraticidade interna, sindicalismo vertical. Condições necessárias para se avançar para um sindicalismo com uma clara perspectiva de classe, para um sindicalismo que tenha como objectivo a luta final pela emancipação dos trabalhadores.

Como no presente momento em Portugal não existe um verdadeiro partido dos trabalhadores, a organização política autónoma da classe operária e dos seus aliados, existindo quando muito organizações de vanguarda dos trabalhadores, é incorrecto o controlo partidário sobre os sindicatos.

Nesta perspectiva as massas trabalhadoras devem-se organizar no sentido de combater todo o controlo exterior dos sindicatos, seja ele por parte de partidos políticos, seja por parte do Estado.

A democracia interna dos sindicatos é condição essencial para combater o partidarismo e o dirigismo sindical.

É portanto essencial que todos os trabalhadores, neste momento, estejam conscientes da necessidade de os estatutos sindicais incluirem normas concretas que sejam garante do funcionamento democrático dos sindicatos.

Assim chegou-se às seguintes conclusões:

1 — Que as direcções sindicais sejam eleitas democraticamente pelas massas trabalhadoras depois de amplamente discutidos e tratados os seus problemas;

2 — Que as mesmas direcções sejam executoras da vontade dos trabalhadores;

3 — Que os delegados sindicais sejam eleitos democraticamente pelos trabalhadores que representam, e nunca nomeados pelas direcções;

4 — Que haja reuniões periódicas de delegados sindicais com as direcções, a fim de levar a estas a voz dos trabalhadores e dar a conhecer a toda a classe os problemas concretos de cada empresa. Assim os sindicatos devem perspectivar formas para melhor fazer vingar as posições assumidas pelos trabalhadores;

5 — Que seja garantido a todos os níveis da organização sindical a representatividade das minorias;

6 — Quanto à eleição de militantes políticos para direcções sindicais, reconheceu-se que os mesmos possam ser eleitos desde que a sua ideologia política seja posta ao serviço dos interesses dos trabalhadores e nunca os trabalhadores a reboque dos seus interesses partidários.

CONTROLE DOS TRABALHADORES NA BANCA NACIONALIZADA

1 — Foi reconhecida a necessidade de haver um controlo operário sobre a reconversão da banca e dos seguros; constituição desde já, nos sectores em causa de grupos de trabalho para analisar este assunto.

2 — Esse controlo deverá ser exercido pela institucionalização de um órgão chamado **conselho fiscal de trabalhadores** da banca e/ou seguros e outros trabalhadores dos sectores produtivos nacionalizados.

3 — Foi reconhecido que a reconversão da banca e dos seguros facilitaria o controlo operário destes sectores.

4 — Enquanto não constituídas formas organizativas de controlo operário, os trabalhadores do sector bancário e seguradores deverão assegurar o seu controlo numa perspectiva revolucionária, isto é, de colocar estes sectores-chave da economia nacional ao serviço das necessidades do proletariado.

5 — Foi definido que o controlo deveria ser exercido transitoriamente do seguinte modo:

a) Criação de grupos de trabalho para apoio às comissões de trabalhadores, necessariamente eleitos em plenário, independentemente de esses trabalhadores serem ou não delegados sindicais;

b) Os nomes eleitos para os grupos referidos em (a) terão que merecer a total confiança política.

6 — Foi reconhecido que a resstruturação era fundamentalmente política e como tal deve integrar as comissões atrás referidas.

7 — Nos centrbs de decisão das empresas os trabalhadores não poderão permitir a permanência de indivíduos que não ofereçam a total confiança política, devendo o seu aproveitamento ser feito em órgãos controlados pelos trabalhadores.

8 — Como passo importante na organização dos trabalhadores deverão ser criados órgãos colegiais nos sectores-chave de decisão em substituição da chefia individual e tecnocrática.

9 — Pela politização e mobilização dos trabalhadores é fundamental tornar público todas as decisões e análises dos mecanismos do capital financeiro e fazê-los participar (aos trabalhadores) nas tomadas de decisões de todos os órgãos em que os trabalhadores participem.

10 — No sentido de evitar a gestão burocrática da economia pelo Estado nas empresas nacionalizadas, há que ter em conta:

a) Informação sobre todos os actos públicos;

b) Participação dos trabalhadores nos sectores que lhes dizem respeito, tendo em conta a garantia de pleno emprego;

c) A gestão das empresas nacionalizadas deverá obedecer a uma perspectiva económica global e pelo avanço no sentido de uma gestão colectiva dos meios de produção.

— SÍNTESE DA DISCUSSÃO DO GRUPO DE BANCA E SEGUROS

CRISE ECONÓMICA E NACIONALIZAÇÃO

Nacionalizados os bancos e os seguros impõe-se o alargamento das nacionalizações aos outros sectores de sustentação do poder do grande capital financeiro e industrial, a produção e a distribuição. Nesse sentido:

a) Indústrias extractivas
b) Cimentos
c) Petroquímica e adubos
d) Ferro e aço
e) Construção naval
f) Celulose e pasta para papel
g) Refinação de petróleo
h) Vidro
i) Laboratórios farmacêuticos nacionais
j) Construção civil (empresas com vendas superiores a 80 mil contos)
l) Produção de electricidade
m) Produção de veículos de transporte de passageiros

Surgem como os sectores industriais a nacionalizar completados por uma perspectiva de nacionalização das grandes empresas pertencentes aos grupos económicos.

n) Transporte de passageiros
o) Transporte e distribuição de electricidade e combustíveis
p) Comércio externo
q) Comércio interno de produtos essenciais.

Surgem como os sectores a nacionalizar no campo não-produtivo

É fundamental o controlo dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas. Concluiu-se que os princípios gerais em que esse controlo deveria assegurar (para além dos aspectos específicos de cada sector)são os seguintes:

A — Gestão a cargo de delegados do Governo

b — Controlo e fiscalização quotidianaos da gestão e da empresa por uma comissão de trabalhadores democraticamente eleita. A C.T. deverá ter acesso a toda a informação, assistir quando entender necessário às reuniões dos delegados do Governo e estender o seu controlo é produção, prazos, compras e vendas, fiscalização de contas, etc.

C — Assembleia de trabalhadores que funcionará regularmente, vinculando a comissão de trabalhadores às suas decisões e tendo obrigatoriamente que pronunciar-se sobre os aspectos fundamentais da vida da empresa como, admissões fundamentais, investimentos, preços, produções, etc,.

AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR NO CAMINHO DO SOCIALISMO

Encerrando o encontro de trabalhadores da região de Lisboa, o camarada Augusto Mateus em nome do Secretariado da Comissão Política do Movimento de Esquerda Socialista e da Comissão Organizadora, afirmou a necessidade de ultrapassar a dinâmica eleitoralista e enfrentar decididamente a crise económica e política fornecendo-lhe uma rèsposta revolucionária.

Transcrevemos a seguir a intervenção do nosso camarada:

Os mais de trezentos trabalhadores, de cerca de cem empresas da região de Lisboa que hoje aqui se reuniram, deram um exemplo e assumiram uma pesada responsabilidade.

Um exemplo de consciência de classe ao utilizarem o dia de descanso semanal para discutirem em conjunto os problemas essenciais que neste momento se colocam à classe operária e a todos os trabalhadores e as formas mais correctas de organizar o combate que é necessário levar por diante contra a exploração capitalista. Exemplo ainda mais importante numa situação em que tudo é feito para desmobilizar os trabalhadores da sua verdadeira luta numa perspectiva éleitoralista em que se pretende que os trabalhadores escolham representantes que nunca poderão levar por diante aquilo que só os trabalhadores, unidos e organizados, podem realizar.

Continua na pág. 8

Lanifícios: greve de zelo

. Prosseguindo a luta pelo novo Contrato de Trabalho, os trabalhadores dos Lanifícios, Têxteis e Vestuário realizaram no sábado importantes manifestações no Porto e na Covilhã.

No Porto a manifestação seguiu-se a um Plenário no Palácio de Cristal que reuniu mais de 5000 trabalhadores. Na linha do que já se verificara com os seus camaradas de Lisboa, aprovaram uma moção que obedece a três pontos fundamentais:

. «Exigir das associações patronais que as negociações **se concluam antes das eleições, pelo que não consentirão em mais nenhum atraso das mesmas:**

. «Manifestar a sua firme decisão de conquistar um contrato que sirva efectivamente os seus direitos e interesses pelo que desde já avisam as associações patronais que recorrerão a todas as formas de luta necessárias para impor a imediata satisfação das reivindicações contidas nos projectos de contratos apresentados pelos sindicatos;

. «Exigir, desde já, a plena satisfação das reivindicações, que ao serem analisadas nas negociações levaram à suspensão destas, nomeadamente: o subsídio de férias a 100 por cento, e os feriados, no caso do vestuário; e o descanso ao sábado no caso dos lanifícios.»

. Na Covilhã, milhares de trabalhadores da cidade e de localidades vizinhas desfilaram pelas ruas exigindo um novo contrato. A manifestação terminou com um Comício no Centro Cívico onde, entre outros falou o presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário, Manuel Lopes.

Entretanto foi lá reconhecido pelas entidades patronais o direito de descanso ao sábado, imposto na prática pelos trabalhadores que tinham já deixado de comparecer ao trabalho naquele dia.

Para esta semana está decidida uma greve de zelo em todo o País, através de uma paralização diária de meia-hora. Deste modo se põe desde já em prática o horário de 40 horas repartidas por 5 dias de trabalho.

Mira d' Aire: MES apoia luta

. O M. E. S. é uma organização ao serviço da defesa dos interesses dos trabalhadores e propõe-se participar na sua organização para que, a partir daí, se possa avançar com um poderoso **movimento de massas anticapitalista** e criar o poder operário e popular, única maneira de se obterem avanços concretos e decisivos no sentido da emancipação de todos os trabalhadores, do socialismo.

Por isso, o núcleo de Leiria do M. E. S. apoia a luta dos trabalhadores dos lanifícios por considerar justa e correcta essa luta, nomeadamente:

. a) **a redução do horário de trabalho.** Há anos que os operários praticam horários extremamente penosos e, em troca, obtêm salários de fome. Por outro lado todos sabemos que os tecidos estão cada vez mais caros devido à ganância de lucros dos patrões e não a aumentos salariais.

A redução do horário de trabalho significa também a possibilidade de emprego para muitos camaradas desempregados. Significa evitar os despedimentos de camaradas já que os patrões dizem que há pouco trabalho. Significa ainda a possibilidade de viver mais alguns anos, não ter tantas doenças, ter mais tempo para conviver com os outros e discutir os problemas da classe.

b) **descanso semanal ao sábado.** Esta é já uma regalia conquistada pela maioria dos trabalhadores da indústria. Neste aspecto os trabalhadores dos lanifícios têm sido dos mais sacrificados. No entanto, uma vez conseguida esta regalia, os trabalhadores devem utilizar este dia de descanso não para trabalhar seja onde for mas para se valorizarem e educarem. Por exemplo: reunindo-se para discutirem os problemas da terra, da fábrica, sindicatos, educação dos filhos, etc., porque só assim conseguirão adquirir os conhecimentos que um dia lhes permitam libertar-se da tutela do patrão e de outros exploradores e avançar para o socialismo. A luta pela redução do horário de trabalho e pelo descanso ao sábado, uma vez ganha, não obriga os trabalhadores a produzir em 5 dias ou 40 horas aquilo que antes produziam em 6 dias porque se o patrão quer que se produza mais que meta mais operários e compre melhores máquinas.

Camaradas:

. **A vossa luta tem de ser integrada numa luta mais vasta que é a luta de todos os explorados e oprimidos.** Por isso, é necessário que ela seja divulgada entre os trabalhadores de outros sectores porque só assim podereis conseguir o apoio e a solidariedade de toda a classe operária. Mas isto também nos obriga a estar atentos às lutas dos outros trabalhadores e a dar-lhes todo o apoio e auxílio porque temos a obrigação de o fazer já que onde houver um operário ou um trabalhador rural há sempre um explorado.

A vossa vitória será uma vitória da classe operária.

As vitórias de outros operários são também vitórias vossas.

Com unidade e organização e firmeza a classe operária vencerá

Núcleo de Leiria

ENCONTRO DE TRABALHADORES

Continuação da pág. 7

Uma pesada responsabilidade que é a da levar à prática o programa de luta que aqui foi avançado, as ideias — síntese da discussão que culminou no encontro de hoje. Responsabilidade que implica despertar mais os trabalhadores para o campo da luta revolucionária, para o campo da luta consequente pelo socialismo. Assim as conclusões deste encontro têm de ser divulgadas em todos os locais de trabalho, em todas as regiões de concentração operária.

Camaradas:

. Numa situação em que a perspectiva de uma vitória eleitoral da direita se encontra mais próxima, em que a crise económica se agrava de dia para dia traduzida sobretudo no aumento do desemprego e no esgotamento das reservas de divisas estrangeiras e em que os projectos de profissionalização das Forças Armadas estão longe de estarem derrotados, numa situação destas, o golpismo capitalista está longe de estar derrotado e tem mesmo condições para avançar com a justificação da «legalidade democrática», do «espírito do 25 de Abril» e do «respeito do resultado das eleições», com a mira de impor um regime autoritário.

Nesta situação uma táctica defensiva está votada ao fracasso.

Nesta situação há que derrotar os que querem profissionalizar as Forças Armadas e criar um exército popular.

Nesta situação há que derrotar os hesitantes e os medrosos e criar o poder operário e popular.

O MFA foi institucionalizado. Os órgãos de poder das massas trabalhadoras e das massas populares têm de ser reconhecidas como peça fundamental das transformações económicas e políticas que têm de ser levadas por diante: sindicatos verticais democráticos, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, conselhos de zona têm de ser generalizados e fortalecidos para que a classe operária e os seus aliados possam tornar irreversível o processo revolucionário em curso.

Os bancos e os seguros foram nacionalizados. Têm de ser nacionalizados os sectores básicos da indústria, o comércio externo e o comércio interno de produtos essenciais. Têm de ser expropriadas as grandes propriedades para se avançar na reforma agrária. Mas as empresas tradicionalizadas têm de ser controladas pelos trabalhadores para que a transformação da economia portuguesa possa servir os interesses e as necessidades daqueles que tudo produzem.

O controlo dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas tem de ser feito pela conjugação da afirmação e coordenação do poder dos trabalhadores em todas as empresas com o avanço da luta por melhores condições de trabalho e de vida, da luta contra a exploração e a opressão capitalistas.

É, como hoje aqui foi várias vezes afirmado, implantando as comissões de trabalhadores em bases democráticas e de classe que o controlo operário se pode afirmar nos sectores nacionalizados.

É recusando as perspectivas «autogestionárias» que mais não levam do que à manutenção dos critérios capitalistas e ao reforço da influência dos técnicos, que o controlo operário pode ser mantido em bases seguras.

É dando o poder de decisão sobre os aspectos fundamentais do funcionamento das empresas nacionalizadas às assembleias de trabalhadores que se pode combater uma gestão voltada para o lucro e a hierarquia reaccionária capitalista que ainda hoje reina em todos os locais de trabalho do nosso país.

É fortalecendo a frente da luta reivindicativa por objectivos como um salário mínimo que permita satisfazer as necessidades fundamentais, um salário máximo que liquide as situações de privilégio, o horário de trabalho de 40 horas semanais, a redução dos leques salariais numa perspectiva ofensiva que os trabalhadores poderão completar o controlo que se exerce em cada empresa.

É deste modo que os trabalhadores podem ter voz activa na transformação económica, política e social do nosso país tornando-a não numa caminhada para novas formas de exploração e opressão, mas para o socialismo.

Este encontro serviu também para mostrar que os trabalhadores estão prontos para responder aos problemas que defrontamos.

Este encontro serviu para mostrar a importância de assegurar a hegemonia operária no bloco social que será no nosso país o acto de revolução socialista.

Podem estar seguros que a classe operária se afirmará como classe dirigente e saberá arrastar para o seu caminho e para a sua luta todos os exploradores e oprimidos.

A afirmação crescente do poder popular na fase que atravessamos será a prova disso e, simultaneamente, um passo decisivo na caminhada para o socialismo.

CHILE — a des-ilusão reformista

exército burguês - exército popular

Dizer que Allende não terá tomado em consideração o perigo potencial que representava o exército chileno para o processo evolucionista para o socialismo, que defendia é pretender minimizar as invulgares qualidades de «político» daquele De facto Allende verificara desde a primeira hora e tentara resolvê-lo à sua maneira. Como?

Através de uma via de sedução e «adormecimento» dos militares. Assim os chefes do exército foram especialmente «prendados» durante o governo de Unidade Popular, com compras de material moderno, uma subida significativa de salários nos seus quadros superiores e com o aliciamento à participação no poder. Por outro lado, foi lançada uma vasta campanha de integração do **exército como instituição no próprio processo e desencorajadas todas as campanhas de clarificação da existência da luta de classes no seu seio.** Assim, o presidente pretendia mostrar aos militares que o exército como tal tinha um papel próprio na nova sociedade que se pretendia edificar. **Simplesmente não é proclamando mil vezes que «As Forças Armadas são o Povo em uniforme» que um exército burguês se torna popular, e quem acaba por «adormecer» acreditando no estribilho são as massas populares incapazes de compreender o carácter táctico de tal afirmação.**

Por outro lado, a elevação de salários dos quadros militares acabou por reforçar os laços de união destes com as camadas superiores da média burguesia despertando-os para as transformações que o país atravessava e que afectavam ou envolviam as camadas sociais com as quais contactavam.

Acresce que esta política de aliciamento «por cima» acabou por ter efeitos desastrosos junto dos subalternos e soldados... O presidente contactava com os operários nas fábricas e camponeses nos campos mas nunca visitou os soldados nas casernas.

Assim, quando chegou a hora da verdade, os soldados seguiram os seus chefes, praticamente em bloco (95 por cento dos efectivos participaram no golpe).

A este falhanço total da estratégia legalista do governo para controlar ou arrastar para o seu lado o exército não correepndeu uma alternativa real das forças revolucionárias. Estas devido a uma análise simplista, **consideraram-no como uma instituição monolítica da burguesia e por isso mesmo o rejeitaram em bloco. Todo o trabalho de infiltração e consciencialização dos efectivos (1/3 dos quais milicianos) não foi encarado com seriedade.**

Apenas após o «Tancazo», isto é, 70 dias antes do golpe, o M.I.R. e outras organizações se debruçaram num esforço desesperado para recuperar o tempo perdido, sob a palavra de ordem da **desobediência aos oficiais golpistas. Os resultados obtidos, apesar das grandes limitações, foram significativos como amostragem do que nesse sentido se poderia ter conseguido** — uma cisão real no aparelho militar, arma derradeira do vasto arsenal da burguesia exploradora.

democracia burguesa não é caminho para o socialismo

A concepção allendista da conquista do poder passava pela criação de um novo estado julgado necessário servindo-se do antigo estado julgado parcialmente utilizável. Assim o velho sistema democrático-burguês não seria para regeitar em bloco mas sim realizar de modo autêntico, depurando-o das suas deformações.

A actuação da Unidade Popular canalizava-se assim essencialmente em duas linhas de força:

a) **«Aprofundamento da democracia» e construção de um novo estado com a incorporação do Povo no Poder.**

A alteração constitucional proposta baseava-se na supressão do bi-camaralismo pela criação de uma Assembleia do Povo. Todas as eleições deveriam realizar-se simultaneamente para evitar a dualidade poder presidencial/poder parlamentar. Os delegados eleitos passariam a ser responsabilizados perante os eleitores que lhes poderiam retirar o mandato.

Assim pretendia-se suprimir o sistema político burguês embora respeitando e utilizando as regras por ele estabelecidas. Este sistema de alteração do poder passava necessariamente pela maioria parlamentar que se encontrava na altura nas mãos dos partidos de centro e direita. Assim para dar seguimento a esta estratégia, Allende viu-se obrigado a dialogar com a Democracia Cristã procurando plataformas (através de negociações que se arrastariam por dois anos) de acordo que se saldariam em recuos tácticos, indecisões e finalmente numa paralização geral do Governo.

b) **Alteração das Estruturas Económicas.**

A política de restruturação económica da U.P. definiu-se essencialmente na **luta contra os inimigos previamente definidos o imperialismo americano e os sectores da burguesia nacional ligados ao capital estrangeiro** (estes dois grupos incluiam portanto as **sociedades americanas, os monopólios industriais e financeiros e os latifundiOs).** Estes sectores controlavam 1/4 dos serviços, 1/3 da agricultura, e 1/2 da indústria nacional.

A nível de concentração dos trabalhadores metade deles estavam concentrados em 6 por cento das empresas. As restantes (94 por cento) consistiam na sua maioria em pequenas células contando com uma escassa centena de operários.

Assim o governo da U.P. propunha-se nacionalizar 150 grandes empresas (os grupos monopolistas referidos) **e incrementar o seu apoio às restantes 35.000 correepondentes ao pequeno e médio capital.**

Subjacente a esta definição dos inimigos apresentados estava portanto a possibilidade de uma aliança durável com a pequena e média burguesia. Já vimos como estes «aliados» das camadas exploradas cooperaram, com o seu boicote activo, na preparação do golpe de estado.

Assim, no processo chileno, a U.P. propunha duas etapas no processo:

— Numa primeira fase a **luta anti-imperialista e antioligárquica.**

— Numa segunda fase a **luta pelo socialismo.**

Como se passaria de uma a outra fase? **Allende e o P.C. Chileno não o pensavam possível sem a obtenção de uma maioria eleitoral, parlamentar, presidencial e popular.** Entretanto era necessário o combate pela produção. Este combate imediato era essencial para a vitória final pois seria o meio pelo qual camadas da população cada vez maiores seriam atraídas pela esquerda e lhe forneceriam a maioria eleitoral necessária para o processo da construção da sociedade socialista.

o poder popular

A proposta legalista de Allende deixava porém em claro importantes interrogações:

Como construir o Socialismo a partir do Estado burguês?

Serão suficientes a recuperação dos recursos nacionais e a nacionalização dos monopólios para a criação do poder proletário?

Os primeiros embriões de poder popular surgiram em 1971 após o apelo do ministro da economia para que o povo vigiasse a aplicação das medidas económicas referentes aos preços no comércio. Após Outubro de 1972 as manobras da burguesia, destinadas a acelerar a inflação e a incrementar o mercado negro contribuíram para um grande desenvolvimento destes **«Comités de Abastecimento e Constrolo e de Preços».**

Simultaneamente nos campos, através do desenvolvimento dos **Concelhos de Camponeses,** c iados aquando da reforma agrária e originàriamente dotados apenas de poder consultivo, surgiam novas formas de poder popular. Ultrapassando o espartilhamento original, formaram-se os **Concelhos Comunais agora já independentes dos orgãos centrais da Reforma Agrária,** organizando-se autonomamente, corrigiam através de ocupações de terras as injustiças mais gritantes da reforma de Frei, actuando simultaneamente como formas de pressão sobre os organismos da Reforma Agrária.

A forma de poder popular que atingiu expansão mais espectacular foi a que se desenvolveu entre os habitantes dos bairros de lata os «pobladores».

Os «campamentos» possuíam delegados eleitos e uma Assembleia local. Aí os habitantes do bairros chamavam a si a responsabilidade sobre aspectos concretos de a administração da comunidade a que se referiam e decisões sobre a educação, a saúde a justiça e a autodefesa.

A coesão e a unidade eram fortemente cimentadas pelas características ilegais destes bairros erigidos pelas populações em terras ocupadas. Três meses após a chegada de Allende ao poder tresentas mil pessoas viviam nestes bairros autorganizados.

A forma de poder popular mais avançada e complexa consistia no **Comando Comunal.** Compreendia os Cordones Industriales (orgãos coordenadores das comissões de trabalhadores de uma zona industrial), os Concelhos de Camponeses e os Comités de Bairro existentes na zona. Dispunha de uma **Assembleia Popular** à qual os diversos sectores apontados (espécie de ministérios) prestariam contas. **O Comando Comunal assegurava assim todas as necessidades dos habitantes de um sector: a produção, a distribuição, o alojamento, a educação, a saúde, a justiça, a propaganda e a defesa.** O Comando Comunal seria assim simultaneamente o meio e o fim para o novo poder alternativo ao Estado Burguês. Permitia a ligação da classe operária com todos os explorados, a articulação das lutas operárias com as dos camponeses, estudantes e desalojados.

Infelizmente este esquema de articulação estava ainda em formação quando do golpe militar...

o aventureirismo reformista

Dez dias antes do golpe de estado representantes do P.C. Chileno expunham o seu ponto de vista sobre os erros cometidos até ao momento. Eram apontados no essencial quatro aspectos:

1) Crítica a todos aqueles que davam preferência à destruição das estruturas burguesas em vez de privilegiarem os esforços pelo aumento de produção.

2) Crítica à ocupação e gestão de empresas não previstas no plano de nacionalização da U.P.

3) A falta de atenção aos interesses legítimos dos engenheiros e técnicos.

4) A fraseologia esquerdista que incitava à tomada de posições irresponsáveis (aqui eram citadas as palavras de ordem de «desobidiência dos soldados aos oficiais golpistas» e «pelo controlo das fábricas pelos trabalhadores»).

Estas críticas vêm na linha do que as forças reformistas chilenas sempre defenderam: a tentativa de captação da média burguesia cuja adesão era essencial para o seu projecto legalista. Aliás os factos desmentem totalmente as teses que justificam a queda da classe média no campo inimigo pela sua progressiva ruína «provocada por avanços aventureiristas das massas populares incontroladas». A metade mais pobre da população chilena recebia em 1973 17,6 por cento do rendimento nacional contra 16,1 por cento em 1970. Aos 5 por cento da população representando a alta burguesia e latifundiários cabia em 1973 24,7 por cento contra os 30,0 por cento dos três anos antes. Finalmente a classe média (pequena e média burguesia) colhia 57,7 por cento do rendimento em 1973 contra 53,9 por cento em 1970.

É também frequente o argumento de que foram os avanços dos operários na gestão das fábricas, as ocupações de terras e as palavras de ordem de desobediência militar que levaram os generais golpistas a actuar. Porém a todos os argumentos que vão no sentido de que não é atrelando o proletariados aos interesses da burguesia que se constrói o socialismo, acresce que Pinochet, uma vez derrubado Allende, esclareceria datar de Maio de 1972 a decisão da realização do golpe... (Isto é, antes do desenvolvimento dos citados processos).

No Chile a burguesia mostrou que não cede aos seus privilégios se puder mantê-los e que não olha a meios na sua defesa. Que a sua própria legalidade, só lhe interessa enquanto servir para manter a sua dominação.

Resta-nos tirar as conclusões. Aprender que não pode haver conciliação entre classes com interesses antagónicos.

Que é crime desarmar o proletariado para não assustar a burguesia.

Que é suicídio poupar os Pinochets para evitar divisões.

Para que a derrota do reformismo no Chile sirva a Revolução de Portugal.

Comício em Lisboa

O M.E.S. levou a efeito um comício no dia 8 do corrente mês no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Dentro da perspectiva não eleitoralista que definimos como linha de actuação para a campanha eleitoral, dois pontos fundamentais tonalizaram as intervenções:

— Reafirmação das intenções revolucionárias da participação do Movimento na campanha e do intuito contra-revolucionário da exigência burguesa de efectivar eleições.

— Avanço de propostas de organização popular alternativas às teses capitalistas da democracia burguesa.

De duas das intervenções reproduzimos alguns trechos:

O camarada Afonso de Barros, afirmou a certa altura:

«Vivemos um momento em que a burguesia se movimenta num terreno que lhe é particularmente favorável. **Tendo conseguido impor a realização de eleições, a burguesia, surge, através dos seus partidos, confiante, triunfalista, insinuante e até ameaçadora.** Esbanja dinheiro em propaganda eleitoral — dinheiro roubado aos trabalhadores através da exploração a que os sujeita — promete mundos e fundos, afirma-se como campeã dos direitos e liberdades do homem — ela que sempre negou aos trabalhadores os mais elementares direitos, que sempre os oprimiu e violentou — **dirige-se com sorrisos simpáticos àqueles que mais intensamente têm reprimido e explorado** — os camponeses pobres, as mulheres, os velhos — **pensando que os pode enganar mais facilmente, tentando lançá-los contra os operários seus irmãos.**

O M.E.S. denunciou estas eleições como não servindo os reais interesses dos trabalhadores, demonstrou o seu carácter burguês, lutou pela sua não realização e pôs a claro que as únicas eleições que interessam às classes trabalhadoras são as destinadas a criar os órgãos de poder popular e, a partir destes, a Assembleia Popular.

O M.E.S. não está na campanha eleitoral para desmobilizar os trabalhadores das suas lutas fundamentais (dizendo-lhes: votem primeiro e o resto logo se resolve), **mas para impulsionar estas lutas, coordená-las, unificá-las em poderoso movimento de massas anticapitalista.**

Assim se explica, camaradas, que o M. E. S. não suspenda nesta época todas as actividades que realmente contribuam para reforçar a organização das massas trabalhadoras, como o fazem outros partidos que se reivindicam da classe operária, e antes envolva uma parte considerável dos seus esforços em realizações que verdadeiramente importam aos trabalhadores, como é o caso do Encontro de Trabalhadores da Região de Lisboa.

Os candidatos do M.E.S. que venha a ser eleitos para a Assembleia Constituinte não irão entrar no jogo que inevitavelmente conduzirá à legalização da ordem burguesa, antes lutarão firmemente para que a Constituição consagre as conquistas obtidas pelas classes trabalhadoras em luta contra a burguesia e deixe o caminho aberto à construção do poder operário e popular. Por isso, camaradas, **estar com o M.E.S. no processo eleitoral é contribuir para que na Constituinte se exprimam os avanços do poder operário e popular.**

Não esqueçamos que o imperialismo estrangeiro aguarda o resultado das eleições para, no caso de a maioria dos votos serem para os partidos burgueses, melhor poder montar o cerco económico ao nosso país e recorrer até ao apoio armado e golpes de força reaccionários.

Por isso é preciso impedir a vitória eleitoral da direita, mas o mais importante, é que se avance corajosamente na luta contra o patronato, se fortaleça a vigilância popular, se abra o caminho para a revolução social. Porque esta é a única forma de derrotar verdadeiramente a burguesia, porque este é o único modo de pôr em cheque uma eventual vitória eleitoral da direita.

A burguesia pode ganhar estas eleições. Mas se isso acontecer nada está verdadeiramente perdido para as classes trabalhadoras, porque a luta fundamental continuará a travar-se nas fábricas e nos campos e aí, os trabalhadores vencerão certamente.

ORGANIZEMO-NOS PARA VENCERMOS

Da intervenção do camarada Francisco Farrica destacamos as seguintes afirmações:

Ao longo das últimas movimentações populares foram surgindo órgãos de massa que, nascendo da própria prática de luta, traduzem a força, a unidade, a consciência de classe dos trabalhadores empenhados na batalha pela sua emancipação..

De todos estes órgãos criados pelas massas em movimento, assumem particular importância as **Comissões de Trabalhadores**, pois é um tipo de organização que nasce no local fundamental da luta de classes, o local de produção, e que representa os interesses de todos os trabalhadores de uma mesma unidade de produção, face ao inimigo comum:
o explorador capitalista.

As comissões de trabalhadores, exprimem, pois, em termos organizativos, uma independência dos trabalhadores em relação ao poder do capital. São a forma de organização mais apropriada para se fazer ouvir a voz da classe operária e se fazer sentir o seu poder, como aliás, a prática o demonstrou.

Mas nos locais de trabalho também se encontra presente uma outra forma de organização muito importante: **a organização sindical.**

Temos no entanto que compreender que **as comissões de trabalhadores são uma forma de organização mais avançada do que a organização sindical**, porque as comissões de trabalhadores podem levar para a frente lutas por objectivos que ultrapassam os limites da luta sindical. Isto porque a luta sindical está voltada essencialmente para aspectos reivindicativos, está condicionada à lógica da negociação capitalista e ainda porque assenta em bases profissionais e não em bases de classe.

Temos de compreender que sendo a organização sindical importante, não pode de maneira nenhuma tornar-se na única forma de organização de massas dos trabalhadores, pois isso reduziria a sua capacidade de luta e de organização.

Isto não significa que os delegados sindicais não façam parte das comissões de trabalhadores, pois a luta sindical deve integrar-se na luta mais geral contra o poder capitalista, luta esta que as comissões de trabalhadores, podem levar para a frente de uma maneira mais consequente.

Contudo, para que as comissões de trabalhadores cumpram eficazmente a função para que foram criadas, há que estabelecer-lhes normas de funcionamento correctas, a fim de evitar que se transformem em órgãos de colaboração com o patronato, onde abundem os chefes, os lacaios dos patrões e aqueles que embora fazendo bons discursos não demonstram firmeza na defesa dos nossos interesses.

Camaradas, para nós:

As comissões de trabalhadores devem ser escolhidas em bases verdadeiramente democráticas e representativas, devendo ser eleitas depois de amplas discussões por parte de todos os trabalhadores.

As CT devem poder ser revogáveis a todo o momento, quando se prove que não defendem os interesses dos trabalhadores.

As CT devem assentar todas as suas posições em decisões tomadas depois de amplos debates e assembleias.

Não devem, em caso algum, ter poder de decisão e de negociação com a entidade patronal.

As CT devem ser constituídas por elementos escolhidos com base na sua firmeza e prática de luta.

As CT devem ser constituídas na sua maioria por operários, não devendo ter quadros superiores de empresa, pois só assim se poderá garantir a presença maioritária daqueles que são os produtores de toda a riqueza e que podem de uma maneira decisiva afrontar o poder do capital.

Para nós, as comissões de trabalhadores devem:

Lutar contra a desorganização da produção capitalista e evitar todas as manobras de sabotagem levadas a efeito pelo capital.

Luta para fazer do saneamento uma afirmação de poder operário contra a disciplina reaccionária do patrão e dos seus polícias.

Lutar por uma apertada vigilância sobre as manobras da reacção, preparando-se para as denunciar e fazer-lhes frente.

Lutar pela redução dos leques salariais, e todos os outros obstáculos levantados pelo patronato para nos dividir.

Lutar pela unificação da classe operária, coordenando a sua acção com todas as outras comissões de trabalhadores não só do mesmo ramo de indústria ou grupo económico, mas também de uma mesma zona e mesmo a nível nacional;

Lutar pela aliança entre a classe operária e outras camadas exploradas e oprimidas pelo capitalismo, de modo a poder forjar uma verdadeira frente unida anticapitalista.

Lutar pela coordenação entre os vários órgãos de poder operário e popular: nas empresas, locais de habitação e quartéis, articulando desta forma a luta nos locais de trabalho e a luta mais geral contra a exploração e opressão capitalista.

Promover a divulgação dos grandes ideiais proletários do Socialismo e do Comunismo, que são os objectivos últimos da luta proletária.

O «E. S.» VENDE-SE NA SUIÇA
Tabacs du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Almada, Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Alverca, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, Lote 7, 1.º E
Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Aveiro, Av. Araújo e Silva, 22
Barcelos, Av. da Liberdade, 60-1.º
Beja, R. dos Infantes, 14, T. 22789
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54/58 T. 833
Castro Verde, R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
«Coimbra, R. Ferreira Borges, 125-3.º, tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º, Tel. 24485
Cuba, R. Serpa Pinto, 15
Espinho, R. 19, n.º 57 r/c
Estarreja
Estremoz, Largo da República, 42
Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua da República, 102, 1.º
Gueifães (Maia) R. da Monta, 9
Guarda, R. Augusto Gil, 1-1.º
Guimarães, Rua da Rainha 138-2.º e 3.º
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º
Leiria, Rua Tenente Valadim, 66 r/c drt.º
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 600054
Av. D. Carlos I, 146-1.º drt.º, Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c esq. **(Jornal)**, Tel. 535438
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º
Campo de Ourique, R. Silva Carvalho, 255-1.º
Moscavide, R. dos Combatentes da Grande Guerra, 51-B. Tel. 2514600
Matosinhos R. Conde S. Salvador, 374
Oliveira de Azeméis, R. Luís de Camões, 21
Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64
Peniche, R. Alexandre Herculano, 16/18
Ponta Delgada, R. Tavares Resende, 100
Ponde de Lima, Av. António Feijó
Portalegre, R. Guilherme Gomes Fernandes, Tel. 817
Porto, R. Gonçalo Cristóvão R. 31 de Janeiro 150-1.º, Tel. 319569
Bonfim, R. do Bonfim, 104
S. João da Madeira, R. Vasco da Gama, 262
S. Pedro do Sul, L. de S. Sebastião
Santarém, R. Pedro de Santarém, 36, Tel. 23199
SEia, R. Capitão António Dias
Sesimbra, R. Ramada Curto, 6
Serpa, R. do Calvário, 29
Setúbal, R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, Vila Velha, R. Consiglier Pedroso
Tomar, R. Pedro Dias, 44
Viana do Castelo, R. de Altamira, 65/67
Praça da República, 52, Tel. 22224
Vila de Punhe (Neves)
Vila Nova de Gaia, R. Teixeira Lopes, 123
Viseu, Trav. Cândido dos Reis, 37

nas eleições

AVEIRO:

15 de Abril, **Ovar**, escola preparatória; **César, Oliveira de Azeméis.**
16 **Branca**, escola Laginhas; **Valongo do Vouga**, C. do Povo; **Sangalhos.**
17 **Válega**, Junta de Freguesia; **Vila da Feira, Caldas de S. Jorge; Ílhavo**, escola técnica.
18 **Estarreja**, escola secundária; **St.ª Maria de Lamas**, C. do Povo.
19 **Albergaria-a-Velha**, escola preparatória; **S. Tiago de Riba Ul**, escola preparatória.
20 **Avanca**, Junta de Freguesia; **Mealhada**, ginásio do liceu.
21 **Espinho**, Piscina; **Esgueira**, C. do Povo; **Esmoriz**, Junta de Freguesia;
23 **Ovar**, escola preparatória.

BEJA

15 de Abril, **Ficalho.**
16 **Moura**
17 **Penedo Gordo**
18 **Beja**
19 **Mombeja.**
20 **Alvito**
21 **Vidigueira**
22 **Panóias.**

BRAGA

15 de Abril: **Tadim; Barcelos S. Paio de Cavalhal**
17 **Fão**
18 **Nogueira** escola primária; **Arcozelo**
19 **Bouro**
20 **Amares**
21 **Valdozende; Abade do Neiva**
22 **Braga**

C. BRANCO
15 de Abril: **Covilhã** Grupo Desp. do Rodrigo
16 **Covilhã** Clube Recreativo Campos Melo
19 **Covilhã Comício**
20 **Vale Formoso** 15.30 h.
22 **Fundão**

COIMBRA
15 de Abril: **Quaios; Ameal do Campo; Arganil S. Martinho de Cortiça; Vila Nova de Ceira**
16 **Figueira da Foz Gala; Cernache**
18 **Coimbra** Pav. da Palmeira
19 **Figueira da Foz Vila Verde; C. Campo M. Velho**
22 **Figueira da Foz Alqueirão**

FARO

15 de Abril **Poço do Boliqueime** Soc. Recreativa; **Conceição de Faro** C. do Povo; **Tunes** Clube de Instrução e Recreio Tunense
16 **Fuseta** Cinema Topázio; **Luz de Tavira** C. do Povo; **Paderne** C. do Povo
17 **Livramento** Cinema Mariani; **Alte** C. do Povo; **Ferragudo** Soc. Comercial Vencedora
18 **V. Real de Santo António** Lusitano; **Patacão** Soc. Recreativa; **Aljezur** Soc. Recreativa
19 **Santo Estevão** C. do Povo; **Lagos** Cinema Império
20 **Gorjões; Portimão** Ginásio do Liceu
21 **Santa Catarina** C. do Povo; **Azinhal** Salão Ezequiel; **Albufeira** Cine Pax
22 **Faro** S. Luís Parque
23 **Tavira** Bombeiro, 17 H.; **Olhão** Cine-Teatro; **Silves** Ginásio da Escola

LEIRIA

15 de Abril **Pousos** Salão Filarmónica; **Alcobaça** antiga sede da C. D. E.; **Boltos** Escola Primária; **Urbeira** Soc. Recreativa
16 **Marinha Grande Picassinos** Ordem 1.º de Janeiro; **Pó** Café Martins; **A-dos-Negros** Grupo Desportivo
17 **Amor** Salão Paroquial; **Vidais** Salão Paroquial; **Vale Covo** Salão Paroquial
18 **Reguengo do Fetal** Escola Primária; **Caldas Campo Serra** Escola Primária; **Peniche Estrada** Escola Primária
19 **Alqueidão da Serra** Bombeiros; **Nazaré** Salão Mar Alto 16 H.; **Óbidos**
20 **Pombal** 16 h.; **Leiria** Grémio Recreativo Literário; **Zambujal** Escola Primária, 15.30 h.; **Alfeizerão** Salão Paroquial; **Bombarral** Sala E. Brazão
21 **Monte Redondo** C. do Povo; **Valado** Clube Recreativo; **Amoreira**
22 **Didoeira** Escola Primária; **Caldas** Teatro Pinheiro Chagas; **Busarda** Escola Primária
23 **Marinha Grande** Teatro Stepens; **Alcobaça** Pav. Gimnodesportivo; **Peniche** Ass. Recreativa Penichense

LISBOA

15 de Abril **Alfama; Ajuda** Recreativo da Ajuda; **Mem Matins**, Progresso Clube; **Lumiar** Academia Lumiar; **Talaide; Manique**
16 **Bobadela; Arroios** Clube Recreativo; **Linda-a-Pastora** Bombeiros; **Alhandra** Soc. Enterque; **Alcoitão** Escola; **Picheleira**
17 **St.ª Iria da Azóia; Queluz de Baixo; Casal Ventoso** Casalense; **Loures** Soc. 1.º de Agosto; **Cascais** Tires; **Casal das Furnas**
18 **Cascalheira; Cacém** Bombeiros; **Ameixoeira** Academia; **Alverca** Bombeiros: **Olivais** F. N. A. T.
19 **Lisboa** Voz do Operário; **Queijas** Grupo Musical; **Póvoa de St.ª Iria** Barracão Abilheira; **Castanheira do Ribatejo** Juventude; **Parede** S. M. V. P.; **Lisboa** Clube Oriental de Lisboa, 21.30 h.
20 **Moscavide; Barcarena; Alhandra** Soc. Enterque; **Estefânia** Clube Estefânia
21 **Lisboa** 2.º Bairro Estrelas da Vila Maia; **Alfama** Lusitânia; **Venda Nova** Clube União Progresso; **Queijas** Grupo Musical 1.º de Dezembro
22 **Lisboa** Clube Atlético de Campo de Ourique; **Sacavém** Cooperativa Sacavenense; **Estefânia** Clube Estefânia; **Vila Franca de Xira** Bombeiros; **Paço do Lumiar; Alapraia** Galiza
23 **Moscavide** Clube de Futebol Olivais; **Colares** Bombeiros; **Lisboa Pavilhão dos Desportos; Janas** Sociede.

PORTALEGRE

15 de Abril **S. Salvador**
16 **Monforte**
17 **Cabeço de Vide** Albergue
18 **Fronteira**
19 **Santa Eulália** C. do Povo
20 **Campo Maior** Ginásio às 16 h.; **Portalegre** Pavilhão
21 **Urre** C. do Povo
22 **Beirã** Escola Primária

PORTO

15 de Abril **Porto** Centro Social do Bairro Fonte da Moura 21.30; **Vila Nova de Gaia** Ass. de Socorros Mútuos de Serzedo, 21.30 h.; **Maia Águas Santas** Ass. Recreativa Restauradores de Brás-Oleiro, 21.30 h.; **Vila do Conde** Cine Mar Caxinas 21.30 h.; **Penafiel** Escola Primária de Guilhufe, 21.30 h.
16 **Maia** Escola Primária de Gaifães, 21.30 h.; **Ermesinde** Cine Ermesinde, 21.30 h.; **Póvoa de Vazim** Lice Nacional, 17.30 h.; **Santo Tirso** Escola Comercial, 21.30 h.; **Paredes** Ass. Cult. e Recreativa de Rebordosa, 21.30 h.; **Paços de Ferreira**, Bombeiros, 21.30
17 **Porto** Centro Social do Bairro do Cerco do Porto, 21.30 h.; **Vila Nova de Gaia** Ass. Recreativa de Perosinho, 21.30 h.; **Matosinhos** Centro de Recreio Popular de Lavra, 21.30 h.; **Penafiel**, C. do Povo de Perozelo, 21.30 h.
18 **Porto** Grupo dos Modestos, 21.30 h.; **Gondomar S. Pedro da Cova** Escola Primária de Paradela, 21.30 h.; **Paredes Cordelo** Escola Primária de Sontelo, 21.30 h.; **Entre-os-Rios** Bombeiros; **Baião** Cine Alvorada, 21.30 h.
19 **V. Nova de Gaia** Ass. Cult. e Recreat. de Vilar do Andorinho 21.30 h.; **Areosa** Ass. Dramática Leais de Pedrouços, 21.30 h.; **Maia** Escola Gonçalves Neves da Maia, 21.30 h.; **Felgueiras**, Bombeiros, 16 h.; **Amarante** Escola Primária de Telões, 15.30 h.
20 **Porto** Pavilhão dos Desportos, Comício 21.30 h.; **Lousada** Junta de Freguesia, 16 h.
21 **Porto** Ass. Rec. e Popular da Fontinha, 21.30 h.; **V. Nova de Gaia Avintes** Centro Rec. Avintense, 21.30 **Matosinhos** Bombeiros de Leça do Balio, 21.30 **Valongo** Centro de Recreio Popular de Alcena 21.30 **Gondomar** Grupo Dramático Beneficente de Rio Tinto, 21.30 h.; **Trofa**, Escola Primária, 21.30 h.; **Amarante** Escola Técnica, 21.30 h.; **Baião** C. do Povo de Santa Marinha do Zazere, 21.30 h.
22 **Porto** Junta de Freguesia de Aldoar, 21.30 h.; **Matosinhos** Cine Sr.ª da Hora, 21.30 h.; **Maia** Cine-Teatro, 21.30 h.; **Gondomar** Associação Recreativa Valboense Luz e Vida, 21.30 h.; **Felgueiras** Junta de Freguesia de Longra, 21.30 h.; **Lousada** Escola Primária de Marieira, 21.30 h.
23 **V. Nova de Gaia** Socorros Mútuos de Grijó, 21.30 h.; **Matosinhos** Refeitório da A. P. D. L., 18 h.; **Póvoa de Varzim** Escola Primária de A Ver-o-Mar (Cruzeiro), 21.30 h.; **Vila do Conde** Escola Comercial, 21.30 h.; **St.º Tirso**, Escola Primária de Rebordões (Ribeiro), 21.30 h.

SANTARÉM

15 de Abril **Madalena** Casa do Povo; **Rio Maior**
16 **Riacho; Conço**
17 **Pombalino; Glória do Ribatejo**
18 **Alferrarede; St.º Estevão**
19 **Rossio a Sul do Tejo; Benfica do Ribatejo**
20 **Tomar**

SÃO MIGUEL

15 de Abril **Capelas; Relva**
16 **Porto Formoso; Corvada**
17 **Fajã de Cima; Candelaria**
18 **S. Roque**
21 **Vila Franca do Campo**
22 **Rabo de Peixe**

SETÚBAL

15 de Abril **Santa Susana** Soc. Recreativa; **Casebres** Casa do Povo; **Setúbal Camarinha; Corroios Amora** Casa do Povo de Corroios
16 **Alcácer do Sal** Soc. Filarmónica Amizade Visconde Alcacerense; **V. Nogueira de Azeitão** Casa do Povo; **Cova da Piedade**
17 **Sines** Soc. Recreativa; **Setúbal** Casino Setubalense
18 **Santiago do Cacém** Casa do Povo; **Almada Sobreda** Clube Recreativo Sobradense; **Sesimbra** Soc. Musical Sesimbrense; **Barreiro** Cine-Teatro Barreirense
19 **Grândola**, Casa do Povo; **Almada** Soc. Recreativa Almadense
20 **Alvalade** Casa do Povo; **Almada Raposo** Clube Recreativo
21 **Almada** Grupo Desportivo Estrelas dos Torcatos; **Setúbal Pontes** Cinema; **Montijo** Soc. Filarmónica 1.º de Dezembro
22 **Setúbal** Pav. do Naval
23 **Alcochete** Casa do Povo

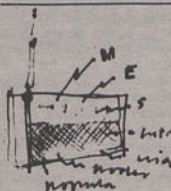
VIANA

15 de Abril **Afife** Caso do Povo
16 **Vila Praia de Âncora** Cine-Teatro dos Bombeiros
17 **Vila de Punhe (Neves)** Centro Recreativo
18 **Caminha** Cine-Teatro José António Pires
19 **Ponte de Lima** Cine-Teatro Diogo Bernardes
20 **Ponte da Barca** Ginásio do Ciclo
21 **Valença** Pavilhão Gimnodepostivo
22 **Lanheses** Casa do Povo
23 **Paredes de Coura** Bombeiros

Emissora Nacional

15 Abril	20.00-20.10
16	19.00-19.10
18	19.10-19.20
	20.10-20.20
20	19.20-19.30
	19.30-19.40
21	19.20-19.30
	19.50-20.00

Rádio Renascença

16 Abril	10.00-10.10
	22.50-23.00
	23.00-23.10
17	23.20-23.40
18	10.10-10.20
	22.50-23.00
20	22.40-22.50
21	23.10-23.20
22	22.30-22.40
23	22.30-22.40

Emissores Associados de Lisboa

15 de Abril	07.00-07.10
16	23.15-23.25
17	22.45-22.55
18	22.15-22.25
19	07.00-07.10
20	23.15-23.25
21	22.45-22.55
22	22.15-22.25
23	07.00-07.10

Rádio Clube Português

17 Abril	23.10-23.20
19	23.30-23.40
20	14.50-15.00
22	14.50-15.00
	23.40-23.50
23	14.30-14.40
	23.00-23.10

Televisão

17 Abril	20.50-21.00 — Poder Popular e Luta nos Campos
19	13.45-13.50 — Comissões de Trabalhadores e Poder Operário
21	20.30 20.40 — Questão Sindical
22	20.40-20.50 — Partidos

ENSINO E REVOLUÇÃO

. Numa sociedade capitalista, como a nossa, a característica principal é dada pela separação entre os que possuem os meios materiais de vida e de produção e os que apenas possuem a sua força de trabalho, que são obrigados a vender como qualquer mercadoria. Há, pois, nesta sociedade uma contradição fundamental — contradição entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, trabalhadores e parasitas.

Uma organização deste tipo é profundamente irracional, autoritária e consequentemente repressiva. Uma minoria oprime, explora a maioria: o povo trabalhador.

Para conseguir manter esta estrutura social, a burguesia exerce sobre o povo trabalhador a sua dominação económica, política e ideológica.

A dominação ideológica burguesa é assegurada por formas tendentes a fazer aceitar pacificamente aos trabalhadores a hierarquização social e a divisão do trabalho, a aceitá-las como facto natural e inelutável.

Entre essas formas **adquire particular importância o ensino** cuja finalidade essencial, em sistema capitalista, é levar à conformidade com esse sistema.

O ensino capitalista não visa desenvolver integralmente as capacidades dos indivíduos, mas prepará-los para desempenhar funções bem determinadas na estrutura social: **agentes de produção** (operários e camponeses) **e agentes de dominação** (quadros técnicos).

Desde a escola primária até à Universidade, o sistema escolar é constituído por uma série de estádios que só vão sendo ultrapassados por aqueles que melhor se acomodem aos interesses da burguesia.

É evidente que os filhos dos trabalhadores são os que mais dificilmente ultrapassam os primeiros estádios, até porque a escola está separada do mundo do trabalho, a teoria está separada da prática, pelo que **a escola capitalista desempenha uma função de confirmação de classe.** Ela transmite às diversas classes sociais que a frequentam a conformidade com a ordem social e económica do capitalismocom os seus principais valores e instituições.

Os professores são técnicos encarregados de veicular a ideologia burguesa junto dos alunos, provenham eles de que classe social provierem e seleccionar de acordo com os critérios da classe dominante, expressos nos programas e nos métodos de ensino, os que devem passar e os que não devem passar ao escalão seguinte. Neste sentido, **eles são agentes de dominação da burguesia sobre os trabalhadores.**

Mas os professores são também eles objecto do sistema de exploração. Cabe-lhes desempenhar uma função que exteriormente lhes foi fixada, da qual não podem afastar-se. E, além disso, em particular na sociedade portuguesa, são sujeitos a péssimas condições de trabalho e de vida (baixos salários, más condições de assistência, intensos ritmos de trabalho, etc). Alguns viram essas condições especialmente agravadas pelo facto de trabalharem para estabelecimentos de ensino com finalidades lucrativas.

A luta reivindicativa dos professores determina-se por um lado face ao patronato que para a maioria é o Estado e por outro face ao estatuto que lhes é fixado pelo sistema capitalista.

A luta reivindicativa dos professores quando é levada até às últimas consequências, ou seja, quando os professores põem em causa a sua função de técnicos ao serviço da manutenção e expansão do sistema de exploração, assume um carácter eminentemente político de afrontamento com o aparelho de Estado burguês, no qual a maioria se integra.

Ao **afrontarem o aparelho de Estado** que é um conjunto de órgãos de concentração da dominação social burguesa, **os professores colocam-se em situação de aliados das massas exploradas e oprimidas em luta contra o poder da burguesia.**

Este afrontamento confere à luta dos professores um carácter eminentemente anticapitalista, fazendo-lhes compreender a **necessidade da destruição do Estado burguês e a sua substituição por um Estado proletário**, o único que assegura o fim da exploração do homem pelo homem.

Daí que nas lutas dos professores se tenha de distinguir entre as que não ultrapassam os limites do sistema e as que apontam para objectivos revolucionários susceptíveis de serem assumidos pela luta política da classe operária e dos seus aliados.

Daí que os professores sejam em todos os países e em Portugal especialmente antes do «25 de Abril» objecto de apertado controle político (no recrutamento, na formação científica e didáctico-pedagógica) por parte do Estado capitalista.

O SINDICATO DOS PROFESSORES

A partir dos anos 60, as necessidades de extensão da rede escolar e aumento de escolaridade sentidas pelo capitalismo levou à entrada de um conjunto de professores experimentados nas lutas estudantis — o que deu origem às primeiras movimentações progressistas de professores e levou à compreensão da **necessidade de se organizarem como grupo profissional, o que foi por várias formas reprimido.**

Após o «25 de Abril», os professores aproveitando as condições mais favoráveis então criadas lançaram-se na organização de um sindicato. **Mas ainda hoje não foram abolidas as limitações legais à sua sindicalização e o projecto-lei das associações sindicais prevê que lei especial regule a actividade sindical dos funcionários do Estado, o que é perfeitamente arbitrário e descriminatório.**

Mas o Sindicato dos Professores existe de facto. No entanto, a orientação **cupulista** da actual direcção tem contrariado a iniciativa progressista das bases, nomeadamente das que defendem ser função do Sindicato promover uma ligação efectiva da luta dos professores à luta dos restantes trabalhadores por objectivos socialistas.

A orientação reformista da actual direcção sindical tem-se traduzido na prática pela recusa de reivindicações de alterações qualitativas a nível do aparelho de Estado (saneamento de estruturas do M.E.C., por exemplo).

A orientação seguidista da actual direcção do sindicato em prejuízo do trabalho de massas e da movimentação combativa tem condùzido ao progressivo isolamento do Sindicato, dada a incapacidade demonstrada em mobilizar os professores em torno de propostas concretas adequadas ao processo revolucionário em curso.

O Movimento de Esquerda Socialista sempre defendeu um sindicalismo de massas e uma linha de acção sindical anticapitalista, a única capaz de contribuir para:

. — A elevação do grau de consciência política dos professores;

. — O desenvolvimento da sua organização;

. — O fortalecimento da sua unidade.

O M.E.S. sempre defendeu a necessidade de garantir o controle aos vários níveis da vida sindical por todos os professores, isto é a democraticidade interna do sindicato. Para tal, torna-se indispensável que a acção sindical seja privilegiadamente exercida no local em que os professores se encontram directamente sujeitos ao sistema de exploração e opressão, isto é, o local de trabalho.

O M.E.S. entende que a luta sindical não se deve esgotar em meras acções reivindicativas; pois o sindicato deverá perspectivar e globalizar as lutas de modo a tornar possível a articulação entre a luta dos professores e a dos restantes trabalhadores.

O Movimento de Esquerda Socialista entende ser necessário desenvolver e fortalecer uma linha de acção sindical que leve os professores a aperceberam-se:

. — Das contradições do sistema que origina a sua exploração e que tendem a transformá-los em dóceis transmissores da ideologia burguesa dominante;

. — Que a sua acção sindical deverá exercer-se prioritariamente na escola, reivindicando uma função diferente para o professor e para a própria escola, colocando esta inequivocamente ao serviço das classe trabalhadoras;

. — Que a sua acção se deve prolongar na sociedade lutando com os restantes trabalhadores pela abolição das relações sociais de produção de tipo capitalista.

O Sindicato deve contribuir para o aprofundamento do debate em torno da definição de uma alternativa estratégica revolucionária que possa ser defendida no interior como no exterior da escola, da fábrica ou do campo.

ENCONTRO REGIONAL DE PROFESSORES

Realizou-se no passado sàbado no Liceu Garcia da Horta, no Porto, o encontro de professores da zona Norte, promovido pelo M E S

Mais de duas centenas de professores debateram durante todo o dia a função do ensino e seu papel no processo revolucionário em curso, nomeadamente os temas «Integração da Escola no Meio» e «Sindicalismo no Sector da Educação»

Portugal não será o Chile da Europa!

. A organização italiana Lotta Continua convoca uma manifestação nacional de apoio e solidariedade ao processo revolucionário português para sàbado 19 de Abril de 1975. Convida todas as forças revolucionárias e antifascistas a associarem-se a esta ampla mobilização.

Contra as manobras da NATO, da CIA e do Pentágono que visam decapitar a Revolução Portuguesa e esmagar o povo angolano sob o jugo neo-colonial!

. Contra o cerco económico, político e militar de Portugal pela burguesia imperialista europeia e americana!

. Contra a campanha de difamação anticomunista da democracia cristã e dos fascistas sobre Portugal!

. Apoiemos a luta dos operários e soldados portugueses pela Democracia Proletária! Apoiemos o povo angolano e o seu legítimo representante o M.P.L.A.! Pela neutralidade e independência dos países do Mediterrâneo!

DECLARAÇÃO DA COORDENADORA DOS SOLDADOS DEMOCRATAS DE TRENTO DE APOIO À MANIFESTAÇÃO

. «Nós soldados do 4.° Regimento de Artilharia Pesada, do 3.° Grupo de Artilharia Móvel, do 4.° Grupo Especial de Artilharia, do 2.° Regimento de Engenharia de Trento, reunidos na Coordenadora de Soldados, democratas e antifascistas, apoiamos os soldados e o Povo Português com toda a nossa solidariedade militante.

Neste moemento, para nós soldados, estar ao lado do proletariado português significa, antes do mais, estar ao lado dos soldados que a partir do 25 de Abril, derrotanto todas as tentativas reaccionárias, asseguraram a caminhada do Povo Português para o socialismo e estão construindo dia a dia a sua organização a partir da necessidade de serem os instrumentos e protagonistas do processo revolucionário português ao lado da classe operária.

«Para nós, estar presente como intérpretes e não como espectadores da luta do Povo Português significa o envolvimento directo em Itália com a classe operária e fazer avançar o nosso movimento como parte integratnte da luta proletária. Significa batermo-nos contra as manobras reaccionárias imperialistas, contra a reestruturação com que se pretende transformar as Forças Armadas italianas num meio de repressão popular ainda mais eficaz.

«Significa a luta pela saída da Itália da NATO, contra o projecto que visa transformar a Itália no polícia do Mediterrâneo ao serviço do imperialismo americano.

«Significa mobilizar-mo-nos contra a forte campanha da D.C. italiana que utilizando s suspensão eleitoral da sua homónima portuguesa tenta lançar o descrédito sobre o processo revolucionário em Portugal.

O melhor modo de nós, soldados antifascistas estarmos ao vosso lado e ao lado de todo o Povo Português é lutar — como diz a proclamação dos marinheiros portugueses — **pela libertação total dos trabalhadores das garras do capital, por uma sociedade livre do lucro pelo futuro e felicidade do povo, pelo socialismo.».**

PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUORPA

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

. Coordenadora dos Soldados Democratas e Antifascistas de Trento

Spod. in abb. post. - Gruppo 1/70 - Anno IV - N. 80 - Sabato 12 aprile 1975

iale

piazza

sul Portogallo, sul Viet

Il Portogallo non sarà il Cile d'Europa

Per sabato 19 aprile Lotta Continua indice una MANIFESTAZIONE NAZIONALE di appoggio e solidarietà con il processo rivoluzionario in Portogallo. Invita tutte le forze rivoluzionarie e antifasciste a farsi promotrici della mobilitazione attiva.

Contro le manovre della NATO, della CIA e del Pentagono per schiacciare la rivoluzione portoghese e per riportare il popolo dell'Angola [illegible]